

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**CAMPUS CODÓ**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS – HISTÓRIA**

**JANDIRA DO NASCIMENTO PINTO**

**MULHER E TRABALHO:**  
**PRESENÇA FEMININA NA COMPANHIA MANUFATUREIRA E AGRÍCOLA DO**  
**MARANHÃO (1893 – 1958)**

**CODÓ - MA**

**2015**

**JANDIRA DO NASCIMENTO PINTO**

**MULHER E TRABALHO:  
PRESENÇA FEMININA NA COMPANHIA MANUFATUREIRA E AGRÍCOLA DO  
MARANHÃO (1893 – 1958)**

Monografia apresentada para obtenção do título de graduação em Licenciatura Plena em Ciências Humanas com habilitação em História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Ma. Edyene Moraes dos Santos

**CODÓ – MA**

**2015**

Pinto, Jandira do Nascimento.

Mulher e trabalho: presença feminina na Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão (1893 – 1958) / Jandira do Nascimento Pinto. – Codó, 2015.

58 p.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Licenciatura em Ciências Humanas - História, 2015.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Edyene Moraes dos Santos.

1. Mulheres – Trabalho – Codó (MA). 2. Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão. I. Título.

CDU 331-055.2(812.1)

**JANDIRA DO NASCIMENTO PINTO**

**MULHER E TRABALHO:  
PRESENÇA FEMININA NA COMPANHIA MANUFATUREIRA E AGRÍCOLA DO  
MARANHÃO (1893 – 1958)**

Monografia apresentada para obtenção do título de graduação em Licenciatura Plena em Ciências Humanas com habilitação em História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Ma. Edyene Moraes dos Santos

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Edyene Moraes dos Santos (Orientadora)  
(Professora do Curso de Ciências Humanas-História da UFMA, campus VII).

---

Professora Ma. Douruezia Fonseca  
(Professora do Curso de Ciências Humanas-História da UFMA, campus VII).

---

Professor Me. Antônio Lisboa de Aguiar Júnior  
(Professor do Curso de História – UFMA, Campus Bacanga)

*Ao meu Deus, Senhor da minha vida a quem devo eterna gratidão por sua salvação, graça e amor para comigo. A Ele a glória, a honra e o louvor para sempre! Aos meus pais, Raimundo Pereira Pinto e Raimunda Gomes do Nascimento Pinto pelo total apoio, carinho e compreensão.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por te me concedido esta rica oportunidade de ter ingressado na Universidade Federal do Maranhão para fazer esta graduação. Agradeço a toda a minha família em especial aos meus pais, Raimundo Pereira Pinto e Raimunda Gomes do Nascimento Pinto, os quais foram companheiros indispensáveis nesta jornada importante da minha vida, que sempre me auxiliaram e incentivaram para que eu conseguisse chegar até aqui.

Devo agradecimentos aos meus queridos professores que participaram da minha vida acadêmica, em especial ao professor José Carlos Aragão, que foi um dos pioneiros da minha formação, à professora Gabriela Melo por me conduzir na elaboração deste trabalho, à professora Edyene Moraes por ter contribuído de uma maneira especial para que esta pesquisa fosse concretizada, pela sua dedicação e auxílio durante o trabalho levantando questões indispensáveis para essa pesquisa, agradeço muito pela sua orientação.

Aos meus amigos e colegas que fizeram parte da minha história nesta caminhada, em especial às minhas amigas Ângela Cristina, Claudiana Duarte, Lídia Gardênia e Francisca Gomes por não negarem apoio e ombro amigo em vários momentos desta jornada, obrigada, queridas! Agradeço à dona Mirtes, Maria Izabel e Maria Lúcia e ao senhor Nicanor por serem indispensáveis para que essa pesquisa se concretizasse, abraço às suas famílias!

Agradeço a toda a comunidade acadêmica da UFMA do *campus* VII, pois foi o local onde pude realizar sonhos e onde aprendi muitas lições que carregarei enquanto viver. Um abraço especial a todos os membros do corpo docente deste *campus* e a todos os funcionários, pois o trabalho de cada um é que faz a diferença no resultado do conjunto, e a UFMA é o que é por causa do vosso trabalho.

Não poderia deixar de agradecer com imenso amor e carinho ao meu querido noivo, Francinaldo Ribeiro, que sempre me incentivou para que eu não desanimasse, mas que tivesse persistência apesar das dificuldades para concluir este trabalho. Meu amor, você é uma pessoa brilhante, sou muito grata por tê-lo ao meu lado.

Enfim, páginas não são suficientes para expressar toda a minha gratidão! Alegrem-se comigo por esta etapa que é finalizada em minha vida acadêmica. A Deus seja a glória, a honra e o poder para todo sempre, amém!

## RESUMO

Este trabalho objetiva mostrar a inserção e participação da mulher no ambiente fabril da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão em Codó, enquanto esta teve importante contribuição para o desenvolvimento econômico codoense do final do século XIX a meados do século XX. São expostas as pesquisas feitas em jornais do período de construção da fábrica, demonstrando a partir do estudo da memória relatos das vivências das mulheres entrevistadas quanto às atividades realizadas na manufatureira. Há considerações de informações sobre o contexto econômico, político e social do Maranhão em fins do século XIX e abordagens sobre questões relacionadas a gênero e sobre o trabalho feminino do ponto de vista da História Social. A partir das entrevistas realizadas, explicitam-se algumas condições de trabalho das mulheres operárias codoenses e a visão da sociedade em relação a elas.

**Palavras-chave:** Mulher. Trabalho. Fábrica.

## **ABSTRACT**

This work objective to show the insertion and participation of women in the manufacturing environment of Maranhão Manufacturing Company and Agricultural in Codó, whilst this it had an important contribution to the codoense economic development of finale of XIX century the middle of Century XX. The research done in newspapers of factory construction period are exposed, showing from the study reports memory of women's experiences interviewed about the performed activities in manufacturing. There are consideration's information of the economic, political and social context of Maranhão in the end of XIX century and approaches on issues related to gender, on female labor from the point of view of social history. From the interviews, explain yourself some working conditions of women workers codoenses and vision of society towards them.

**Keywords:** Woman. Work. factory.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 O ESTUDO DAS MULHERES NO TRABALHO SOB A ÓTICA DA HISTÓRIA SOCIAL.....</b>	<b>11</b>
<b>3 O MARANHÃO NO FINAL DO SÉCULO XIX E A FUNDAÇÃO DA COMPANHIA MANUFATUREIRA E AGRÍCOLA DE CODÓ .....</b>	<b>20</b>
<b>4 A CONDIÇÃO FEMININA NAS TÊXTEIS E AS MEMÓRIAS DAS OPERÁRIAS DA FÁBRICA DE CODÓ NO PERÍODO DE 1954 A 1958 .....</b>	<b>32</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A principal proposta desta pesquisa é investigar a inserção feminina no mundo do trabalho a partir da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, construída em fins do século XIX, na cidade de Codó<sup>1</sup>, na época, um povoado do Maranhão na categoria de Vila do Codó.

As informações contidas nesta pesquisa referem-se ao trabalho feminino na fábrica codoense, analisando os diversos fatores que envolvem a relação entre a mulher e o trabalho no ambiente fabril, na condição de operária. As memórias utilizadas aqui são de três senhoras que trabalharam em meados do século XX, no contexto de desenvolvimento industrial de Codó.

As abordagens realizadas sobre as memórias das ex-operárias abrangem a condição socioeconômica, o tratamento e as condições no ambiente de trabalho e o olhar da sociedade codoense sobre elas.

O “retrato” que se pode fazer deste período é de avanços na economia codoense, estruturação do espaço urbano e a introdução de elementos culturais antes não vivenciados por Codó, como cinema e bailes. Dentro desses elementos pode-se ver o espaço onde as mulheres operárias visitavam, como as festas dançantes específicas para elas, os “bailes de pipira”, termo posteriormente explanado.

Nesta cidade ainda existe o monumento decadente desta antiga fábrica, o qual sempre aguçou curiosidades. Despertou-se o desejo de saber o porquê de ela não mais funcionar, as memórias construídas em torno dela, como era a realidade do convívio social na época de seu auge, enfim, estes e outros questionamentos, especificamente a questão da mulher operária, levaram à produção deste trabalho.

Sabe-se que o presente tem estreita relação com o passado, no sentido de que para ser o que é hoje, o presente é resultado de grandes mudanças e investimentos que foram feitos no passado, e por isso, o que é atual ainda convive com “resquícios” ou até mesmo uma gama de informações manifestas de diversas maneiras no meio social, quer através de memórias, prédios etc., quer através do que está em documentos escritos.

Estudos sobre a relação mulher e trabalho estão inseridos dentro da concepção da

---

<sup>1</sup> A cidade de Codó fica situada na microrregião de Codó, formada pelos municípios de Codó, Timbiras e Coroatá. A cidade distancia-se de São Luís em 216 quilômetros considerados em linha reta. Sua localização geográfica no Brasil é na região Nordeste, sendo de latitude 04° 27' 19" S e longitude 43° 53' 08" W (Oeste). Codó faz parte da conhecida região dos cocais onde predominam as palmeiras de coco babaçu, importante produto para a economia da cidade. (MACHADO, ano 1999).

História Social. Para tanto, lançou-se mão de autores como Hebe Castro e Rachel Soihet, sendo a História Social uma linha da História que prioriza sujeitos e objetos antes não relevados pela historiografia tradicional na intenção de consultá-los e analisá-los para possibilitar a construção histórica de forma mais completa e com um olhar mais aberto a fatores que interferem na construção do saber histórico e que promovem melhor compreensão de realidades da vida social, os quais contribuem para o estudo dos sujeitos e identidades que não estão aquém da investigação histórica.

Outra necessidade é a compreensão da relação história e gênero, para isso, buscou-se então, essas informações em obras de Michelle Perrot e Margareth Rago, as quais fazem discussões sobre a participação feminina no trabalho nas fábricas, especialmente o tratamento dado a elas nesse ambiente e a própria visão da sociedade influenciada por ideias acerca do ser feminino.

A compreensão das relações de gênero não deve ser concebida de um ponto de vista dicotômico: homem *versus* mulher, pois o gênero envolve a relação a partir desses sujeitos, pois, assim, consegue-se obter melhor entendimento sobre as interferências sociais em torno deles, além de propiciar melhor conhecimento sobre as influências que promovem diferenciações na própria relação entre ambos os sexos. Enfim, o estudo do gênero está para além de uma concepção simplista composta somente de “embates” entre homem e mulher no meio social.

Realizou-se o estudo sobre memória analisado sob a perspectiva de Michel Pollak, o qual concebe a memória como necessária ao entendimento da História do ponto de vista dos sujeitos sociais, trazendo à tona o que ele chama de “memórias subterrâneas”, através das quais se vê o “outro lado” de acontecimentos dentro da História, o qual está para além das “memórias oficiais”.

Fez-se necessário uma abordagem sobre a economia maranhense com o objetivo de compreender a escolha de Codó como espaço de construção da fábrica, para isso, foram lidos autores que discutem este enfoque, como Henrique Fernandes e Flávio Reis, os quais tratam da economia maranhense e as crises que por ela foram enfrentadas, os sujeitos sociais envolvidos nesse contexto e de que maneira essa realidade foi vista, analisada e trabalhada pelos administradores do Maranhão nesse período.

Uma das metodologias utilizadas na busca por conhecimentos sobre o trabalho feminino na fábrica foi a história oral, para isto, foram entrevistadas três mulheres que trabalharam na Companhia já no século XX.

A pesquisa em jornais foi realizada na Biblioteca Pública Benedito Leite em São

Luís, bem como outras informações ligadas à economia maranhense que foram buscadas no APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão. Encontramos jornais de Codó, os quais se desconheciam, como a *Gazeta do Codó*, sobre os quais foram analisados os anos 1893 a 1894 referentes à construção e inauguração da fábrica.

Foram analisados aspectos ligados aos investidores da Companhia, aos bens de produção necessários ao seu funcionamento, à mão de obra empregada, ao estabelecimento dos trabalhadores na cidade, às dificuldades encontradas quanto a profissionais especializados, às mulheres que nela ingressaram para trabalhar nos teares, a visão de ideal de realização feminina que era nutrida do ponto de vista social.

No primeiro capítulo trabalha-se com análises referentes à História Social – área do conhecimento que prioriza sujeitos sociais “marginalizados” dentro da História tradicional. Dentro dessas análises é estudada a história das mulheres em suas diversidades - origem social, étnica, ambiente de trabalho e sua participação no tecido social.

O segundo capítulo traz informações sobre o contexto econômico, político e social do Maranhão em fins do século XIX e as implicações decorrentes desse cenário, as quais tiveram como consequência a necessidade da fundação da Companhia Manufatureira e agrícola do Maranhão nesta cidade.

O terceiro capítulo, para introduzir a exposição das memórias das senhoras entrevistadas, faz um percurso sobre a condição feminina no ambiente de trabalho das fábricas têxteis no período da Revolução Industrial buscando destacar as semelhanças que estavam em vigor nesse contexto referentes a esse tipo de trabalho realizado pelas mulheres, além de dar enfoque às experiências e breves histórias de vidas das operárias que trabalharam no cenário fabril, na têxtil de Codó.

## 2 O ESTUDO DAS MULHERES NO TRABALHO SOB A ÓTICA DA HISTÓRIA SOCIAL

Pode-se dizer que o estudo da memória das operárias da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, a qual parte de análises relacionadas à categoria mulher e trabalho, está inserida na História Social, enquanto esta contém uma nova postura de abordagens frente à historiografia tradicional, pois a história social empreende-se no estudo de fatores presentes na organização social e suas diversas relações:

A interdisciplinaridade serviria desde então, como base para a formulação de novos problemas, métodos e abordagens da pesquisa histórica, que estaria inscrita na vaguidão oportuna da palavra “social” enfatizada por Febvre, em *Combates por la historia* (CASTRO, 2011, p. 41).

Portanto, a história social não se limita a fatos – história factualista - mas busca o estudo de objetos antes ignorados ou tidos como não relevantes de um ponto de vista elitista, politizados ou diplomáticos.

Com especial força nas décadas de 1930 e 1940, a designação história social aparecia vinculada a uma abordagem culturalista, com ênfase nos costumes e tradições nacionais, em geral ligada ao pensamento conservador e produzida relativamente à margem das posições acadêmicas, prevalecia o modelo rankiano de ênfase no campo da diplomacia e da política, ou seja, no campo do público, por excelência. Em oposição, a história social, nesta perspectiva, definiria como objeto o domínio do privado, “history with the politics left out” (Ibid., p. 42-43).

Portanto, a História das mulheres preocupa-se em abordar as mulheres em suas diversidades, não se restringindo a apenas algumas delas, mas procura estudá-las considerando suas diferentes identidades, “diversas em sua condição social, etnia, [...], crenças religiosas, enfim, na sua trajetória marcada por inúmeras diferenças, cabe, portanto, abordar-se a ‘história das mulheres’” (SOIHET, 2011, p. 264). Assim, para se compreender melhor o feminino, a história das mulheres utilizou-se do conhecimento de outras disciplinas:

O desenvolvimento de novos campos como a história das mentalidades e a história cultural reforça o avanço na abordagem do feminino. Apóiam-se em outras disciplinas – tais como a literatura, a lingüística, a antropologia – com o intuito de desvendar as diversas dimensões desse objeto. Assim, a interdisciplinaridade, uma prática enfatizada nos últimos tempos pelos profissionais da história, assume importância crescente nos estudos sobre as mulheres (Ibid., p. 264).

A coletividade na história social se sobrepõe à individualidade, pois são considerados, em seus estudos, os grupos sociais. Considera-se a ação desses grupos no todo social, seus modos de organização, seus comportamentos, suas concepções, dentre outros aspectos.

A história social insere em seus estudos não os produtos das relações sociais, mas os diferentes elementos, fatores e processos que os constituem. Dessa maneira, são analisadas as “partes” que compõem o “todo”, considerando suas particularidades, pois isso possibilita a compreensão dos resultados das diversas relações dentro do tecido social. “Aqui é a oposição entre ‘individual’ e ‘coletivo’ que distingue a história social das abordagens anteriores. A ação política coletiva se constituiria em seu principal objeto” (CASTRO, 2011, p. 43).

A oposição à historiografia rankiana e a definição do social se construía, assim a partir de uma prática historiográfica que afirma a prioridade dos fenômenos coletivos sobre os indivíduos e das tendências a longo prazo sobre os eventos na explicação histórica, ou seja, que propunha a história como ciência social (CASTRO, 2011, p. 43).

A história social, nesse sentido, necessitou da utilização de abordagens específicas ao seu objeto de estudo, pois a ela surgiam novos problemas, os quais exigiriam novas metodologias a fim de que fossem compreendidos, nesse sentido, ela abrange o objeto deste trabalho, o qual busca estudar a mulher especificamente a partir de suas memórias e do seu local de trabalho, obtendo um enfoque peculiar ao sujeito social feminino.

É neste contexto que, sob a égide de Ernest Labrousse [...], se reivindica a história social como especialidade, com problemáticas e metodologias próprias. Formulavam-se, como problema central, os modos de constituição dos atores históricos coletivos, “as classes, os grupos sociais, as categorias socioprofissionais”, e de suas relações que conformavam historicamente as estruturas sociais (Ibid., p. 44).

A história das mulheres recebeu também contribuições do movimento feminista dos anos 60 para o seu surgimento, pois diversas questões que se discutiam no movimento despertaram o interesse de pesquisadores e estudantes acadêmicos, os quais contribuíram para a notoriedade da mulher como sujeito social tanto quanto o homem:

Como resultado dessa pressão, criaram-se nas universidades francesas, a partir de 1973, cursos, colóquios e grupos de reflexão, surgindo um boletim de expressão focalizando o novo objeto: *Penélope. Cahiers pour l'histoire des femmes*. Multiplicaram-se as pesquisas, tornando-se a história das mulheres, dessa forma, um campo relativamente reconhecido em nível institucional. Na Inglaterra, reuniram-se os historiadores das mulheres em torno da *History Workshop* e, nos Estados Unidos, desenvolveram-se os *Women's Studies*, surgindo as revistas *Signs* e *Feminist Studies* (SOIHET, 2011, p. 264).

Portanto, o novo campo de estudo dentro da História envolvendo especificamente as mulheres favoreceu-se dos movimentos feministas com suas reivindicações aos direitos das mulheres, sua aspiração pela igualdade em relação aos homens na área profissional, dentre outras.

Além disso, houve a expansão da relevância do pensamento histórico sobre as mulheres, pois foi possível compreender que não se tratava estritamente do ser feminino biológico em si, mas da mulher enquanto atriz social influenciadora e influenciada pelos fatores que englobam a sociedade. O estudo das mulheres agora abordava de forma específica a diversidade de identidades das mulheres em classe, raça, etnia e sexualidade.

Joan Scott enfatiza a importância das contribuições recíprocas entre a história das mulheres e o movimento feminista. Os historiadores sociais, por exemplo, supuseram as “mulheres” como uma categoria homogênea; [...]. Essa leitura contribuiu para o discurso da identidade coletiva que favoreceu o movimento das mulheres na década de 1970. Firmou-se o antagonismo homem versus mulher que favoreceu uma mobilização política importante e disseminada [...]. Assim, de uma postura inicialmente em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a uma outra em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades (SOIHET, 2011, p. 265).

As mulheres não podem ser vistas estritamente pelo viés biológico, pois suas características físicas não determinam suas atitudes, elas não estão aquém da vida em sociedade. A própria sociedade só pode ser assim considerada porque nela as mulheres também estão presentes, como trabalhadoras, mães, estudantes, esposas, enfim, sendo que as diferenças culturais também as envolvem. Mas deve-se entender que por viverem em realidades culturais diferentes, isto não justifica seu tratamento marginalizado e opressor.

Houve nas discussões acerca das mulheres, a atribuição de imagens nas quais ela aparece ora vítima, ora rebelde, ora miserável, ora astuciosa, existindo assim diferentes enfoques, que denotam a ênfase de que seu comportamento é observado sempre, e, de certo modo, visto como estereótipos, quando na verdade tais comportamentos expressam nitidamente a condição feminina, denunciando o tratamento que a ela é dado no contexto de sua inserção no ambiente de trabalho fabril, dando mostras de suas necessidades, de seus medos, aspirações etc.

Pode ser também o meio que é usado para exigir reconhecimento do seu trabalho enquanto participante ativa nos vários elementos constituintes das sociedades em que vive. Essas discussões mostram a situação da mulher enquanto marginalizada na História, sua posição secundária em relação à dos homens. Fica evidente que o olhar dirigido a ela dentro da História foi basicamente “comportamental” a princípio, como referido acima, ocorrendo poucas ênfases quanto à sua postura como ser social ativo.

Partindo daí, fez-se necessário para o estudo das mulheres o termo gênero como categoria de análise, mas não deixando de abordar juntamente com ele a classe e a etnia,

categorias importantes nesse estudo. Isso possibilita ao historiador construir uma história não elitista, por isso, fica possível abrir discussões referentes às desigualdades de poder.

Joan Scott faz a seguinte análise de gênero:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: primeiro – símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) [...]. Segundo – conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. [...] A história posterior é escrita como se essas posições normativas fossem o produto de um consenso social e não de um conflito (SCOTT, 1989, p. 21).

O termo gênero não apenas estuda a mulher, mas as relações entre os sexos nos seus vários aspectos, no sentido de analisar os elementos que os diferenciam. É uma categoria de análise específica para referir-se a aspectos relacionados ao ser feminino quando em interação com o masculino nos diversos ambientes, buscando apreender fatores que intervêm na condição feminina tornando a mulher um ser “diferenciado”, o qual executa papéis distintos e vistos de forma associada a características consideradas estritamente femininas. Esses aspectos influenciam de algum modo no tratamento dado à mulher, o que incita os estudos acerca do feminino nos vários contextos sociais.

Com o intuito de evidenciar que a participação feminina na sociedade vai além dos papéis de esposa e mãe, as feministas do século XIX buscaram destacar mulheres influentes na sociedade, as quais tiveram participação notável na vida pública. “No tocante aos movimentos feministas da virada do século, alguns autores ressaltam o seu moralismo, a diversidade de conceitos, suas aspirações em torno da igualdade de direitos e, em especial, do voto” (Ibid. p. 270).

Percebe-se o anseio das mulheres em sentirem-se figuras atuantes da vida pública, almejando o direito de escolher seus líderes governantes, de manifestar suas opiniões, enfim, de demonstrar que também eram capazes intelectualmente de contribuir com a vida social.



O estudo das mulheres da mesma forma utiliza ênfases ligadas à suas vidas no cotidiano, na informalidade, que destaca as atitudes de resistência de múltiplas maneiras manifestadas por elas:

Davis, estudando o século XVI, assinala habilmente a capacidade de grupos aparentemente destituídos de poder em forjar autoridade dentro das brechas existentes. Mostra como as mulheres tiravam proveito das imagens de fraqueza e histeria que lhes eram atribuídas para ampliar seu poder e liberdade na família e em diferentes situações comunitárias (SOIHET, 2011, p. 270-271).

As mulheres utilizaram em diversas manifestações os meios materiais usados em sua rotina, como seus próprios utensílios domésticos. Elas obtiveram em suas ações algumas parcelas de poder, pois quando reivindicavam, recebiam apoio de suas comunidades e exerciam também papéis de liderança, e, por mais que sua atuação nesses movimentos fosse, de certa forma, ignorada, não sendo posta em teor de “importância”, mesmo assim elas conseguiam se sobressair das imagens de passividade e incapacidade intelectual que lhes eram atribuídas.

Desse modo, o estudo do gênero deve ser considerado enquanto imbricado no todo das relações sociais, pois ele é englobante, repleto de ligações que estão presentes no tecido social e que em sua análise, tais ligações não podem ser ignoradas ou reduzidas, nem são meramente consensuais as construções relacionadas às diferenças sociais entre homens e mulheres, mas existem os campos de conflitos paralelos a essas diferenciações, considerando os planos nos quais se assentam:

O objetivo da nova pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros. Esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais (SCOTT, 1989, p. 22).

Assim, as manifestações sociais, em geral, sempre atuam com caracteres dos grupos sociais que as compõem, e, no caso das mulheres, suas manifestações não estiveram alheias àquilo que elas viam como demonstração de sua “identidade” como mulher, e, talvez nem quisessem manifestar-se assim, mas era o meio pelo qual poderiam ser “vistas” e atendidas.

A ação humana no contexto social, portanto, está estreitamente ligada à cultura, pois é por meio dela que há o diálogo entre os indivíduos dos grupos sociais possibilitando suas relações. Portanto, pode-se entender que é possível e necessário utilizar os dados culturais para análises históricas do grupo social a ser estudado, por isso, “[...] não apenas as

representações, mas também as ações sociais são ‘textos’, passíveis de serem culturalmente interpretados, o que determina um especial interesse do ponto de vista da análise social” (CASTRO, 2011, p. 46).

A história social mantém, entretanto, seu nexos básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – sociais – na explicação histórica (Ibid. p. 50).

Mesmo com essa compreensão mostrada sobre história social, considera-se, portanto, que a história não está aquém das vivências humanas, pois há interferências de sujeitos, e o conhecimento ao qual se denomina histórico é produto de análises e interpretações que dele são feitas por indivíduos também sociais.

Fazendo uma breve abordagem sobre a história social e a historiografia brasileira, cita-se Hebe Castro (2011): “É marcante a influência da história econômica e social, à maneira dos Annales, nas abordagens adotadas pelos historiadores das décadas de 1950 e 1960, especialmente na Universidade de São Paulo” (p. 50). As temáticas econômicas e sociológicas influenciaram fortemente a profissionalização do historiador no Brasil, pois as ciências sociais, de forma pioneira, inseriram-se no meio acadêmico voltadas principalmente para o econômico e o social que estavam em vigor na década de 1960.

Dentro da história social do trabalho são consideradas discussões que abrangem o processo de urbanização do Brasil e fatores a ele relacionados, como as tensões consequentes dessa nova organização que, agora, “definiria” os espaços da cidade em relação às diferentes camadas sociais, ou seja, passa a existir uma diferenciação mais evidente com a urbanização. Partindo dessa compreensão, pode-se entender que o estudo da memória das operárias da fábrica codoense está inserido dentro da história social do trabalho, enquanto esta observa o sujeito partindo de suas vivências no ambiente de trabalho ligando-o à sua origem socioeconômica, a qual interfere de certa forma, em como esse indivíduo irá atuar e ser visto na sociedade.

Por serem mulheres, as operárias trabalhavam nos teares, denotando aqui a atribuição de delicadeza feminina a esse tipo de atividade por parte dos donos das fábricas, dessa maneira, o uso do gênero engloba essa postura atribuída. Por se tratar de mulheres de origem humilde, nota-se a perspectiva de que o trabalho proporcionaria condições de vida mais razoável à apenas a necessidade de sobreviver principalmente.

Dentro dessa perspectiva vê-se a história social cooperando para tal entendimento, pois é a partir dela que se pode “adentrar” na situação dessas mulheres para compreendê-las e, dessa forma, entender a expressão das suas memórias como mães de famílias que precisavam de sustento e como mulheres operárias, para assim visualizar com mais profundidade as implicações sociais que vão resultar no olhar dado a elas.

[...] a história social do trabalho, solidamente organizada como especialidade desde a década de 1960, mantém um perfil mais claramente diferenciado contemplando temas como o movimento operário e sindical, suas relações com o Estado, com as massas trabalhadoras e com o ambiente urbano, o cotidiano operário e o controle social nas fábricas e fora delas, colocando-se como questão o próprio processo histórico de construção de uma identidade operária, não mais entendido como consequência automática do processo de industrialização (Ibid. p. 53).

Compreende-se que a mudança na História das Mulheres ocorreu quando elas passaram a participar do espaço público de forma ativa, principalmente como trabalhadoras, o que propiciou sua maior visibilidade, tanto física como enquanto participante das relações sociais e contribuintes do desenvolvimento da sociedade em vários pontos, dentre eles, o econômico:

Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história de gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas e culturais (PERROT, 2008, p. 13).

Nesse novo aspecto suscitado pelas pesquisas voltadas para o estudo do sujeito feminino vê-se a ampliação dos enfoques que às mulheres são relacionados, nos quais são utilizados elementos que não se esgotam no feminino, mas à complexidade de informações que o cercam. Nisso se obtém a valorização do abarcamento das interações que afetam a mulher como sujeito social. Dessa forma, o estudo das mulheres constitui-se como sendo um estudo do ser social nas suas dimensões inerentes (cultura, religião, política etc.).

No quesito de tratamento diferenciado às mulheres, em sua convivência com o sujeito masculino, existem fatores internalizados na sociedade que especificam as áreas de atuação dos sexos em atividades distintas, em trabalhos específicos que caracterizam as atividades “essencialmente femininas” das “essencialmente masculinas” dentro da heteronormatividade.

Debruça-se, portanto, diante disto e percebe-se que o ser masculino tende a ter determinados privilégios e “vantagens” em relação ao ser feminino. É o que se pode observar nos estudos sobre o trabalho feminino. Diante disso, a utilização do gênero faz-se necessária para analisar criticamente esses papéis designados aos sexos e os mecanismos de controle da sociedade sobre ambos.

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ [...]. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. [...] O uso do ‘gênero’ coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1989, p. 7).

A inserção das análises de gênero no campo historiográfico passou por tratamento diversificado partindo de várias abordagens como foi visto, o que demonstra que seu alcance enquanto categoria de análise relacionada à vida social entre os sexos não é tão simples, segundo Joan Scott:

Os (as) historiadores (as) feministas utilizaram toda uma série de abordagens nas análises de gênero, mas estas podem ser resumidas em três posições teóricas. A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (Ibid. p. 9).

No contexto de maior visibilidade da mulher pela sociedade por sair para o trabalho, período este que marcou o século XX, as mulheres eram estereotipadas como sendo de “natureza perturbadora”, via-se nelas a “facilidade” e a “vulnerabilidade” de atrair os homens e enganá-los, sendo caracterizadas como “traíçoeras” de seus companheiros. Por isso, via-se no casamento a “solução” para conter a natureza feminina e para protegê-la dos possíveis “perigos” do cotidiano.

Quanto às moças solteiras, havia todo o cuidado de evitar que fossem “desonradas” com a perda da virgindade. Era no casamento que se daria a plena realização da mulher, ao passo que a mulher solteira ficaria propensa a críticas, pois “[...] o casamento ainda era visto como o ideal feminino, a realização da mulher e sua carreira natural, o que levava a uma disseminação da valorização da mulher casada e a crítica à mulher solteira, considerada uma fracassada” (SILVEIRA, 2008, p. 42).

Nessa conjuntura, com o desenvolvimento cultural ocorrendo por meio da tentativa de avanços econômicos marcados pelo estabelecimento das indústrias têxteis, surgem também preocupações sobre a intelectualidade das mulheres, sobretudo das provenientes da classe burguesa, referindo-se à maneira de seu diálogo sobre assuntos ligados ao pensamento científico, pois considerava-se que as mulheres limitavam-se somente a assuntos sobre moda. Então, teve início um olhar diferenciado quanto à educação da mulher, pois cogitava-se que nem sempre esta teria “capacidade” de dialogar com seu próprio esposo por falta de conhecimentos:

Nesse período as mulheres das camadas médias e altas começavam a lutar pela emancipação feminina de maneira organizada em Associações e Federações Femininas e tentavam se impor contra os preconceitos em relação ao trabalho público, a exigir mais educação, embora esse discurso incorporasse o ideal de filha, esposa e mãe (Ibid. p. 48).

Buscava-se, portanto, conquistar o espaço da educação pelo viés da contribuição à melhoria das relações familiares e da qualificação das tarefas domésticas. Continuando as discussões relacionadas a gênero, Joan Scott enfatiza constantemente a necessidade de não se ater a uma visão dicotômica quanto a essa categoria de análise, pois somente assim é possível se desprender de uma perspectiva simplista:

Precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual. Temos que ficar mais atentas às distinções entre nosso vocabulário de análise e o material que queremos analisar. Temos que encontrar os meios (mesmo imperfeitos) de submeter, sem parar, as nossas categorias à crítica, nossas análises à autocrítica (SCOTT, 1989, p. 18).

Portanto, no estudo das mulheres, gênero deve ser considerado de modo a não reduzir a participação do sujeito feminino na História somente do ponto de vista das diferenças sexuais, mas deve ser considerado em toda a complexidade de fatores envolvidos à condição feminina, os quais estão para além do meramente “masculino *versus* feminino”.

O Maranhão passa a viver mais intensamente o cenário em que muitas de suas mulheres tornam-se operárias e passam a compor de forma direta o seu palco de investimento industrial com o surgimento de suas primeiras têxteis, as quais, nesse quadro, vão se erguer sob a conjuntura do movimento da economia que marcou o século XIX maranhense.

### 3 O MARANHÃO NO FINAL DO SÉCULO XIX E A FUNDAÇÃO DA COMPANHIA MANUFATUREIRA E AGRÍCOLA DE CODÓ

No período pós-abolição da escravidão houve o início do desenvolvimento do setor industrial, como a criação das primeiras fábricas têxteis. Neste contexto, última década do século XIX, o açúcar começou a perder espaço rapidamente no exterior, o que, conseqüentemente, provocou a queda em suas exportações. Com esses resultados a cultura canavieira entrou em declínio no meio rural maranhense:

[...] o rápido declínio das exportações de açúcar na década de 1890 expressa a perda de importância da grande unidade produtiva no meio rural maranhense. A incapacidade dos senhores de engenho em estabelecerem formas de assalariamento como regime de trabalho predominante [...] deve estar relacionado à situação de insolvência financeira da grande maioria dos produtores (REIS, 1992, p. 18).

Nesse quadro de desenvolvimento econômico do Maranhão o setor fabril têxtil foi constituindo-se: “A primeira fábrica de tecidos [...] data de 1883 [...] na cidade de Caxias, [...]. Entre 1890 e 1895, outras 14 têxteis entraram em funcionamento [...] empregando cerca de três mil operários” (CALDEIRA, apud REIS, 1992, p. 20). Observa-se, então, que esses investimentos no setor têxtil maranhense, ocorreram já na segunda metade do século XIX.

Segundo Henrique Fernandes (2003), em sua pesquisa sobre as administrações maranhenses no período de 1822-1929, o sistema político monárquico não favoreceu a economia maranhense, ficando o Maranhão à mercê de sua própria sorte caso não fossem tomadas medidas por parte da administração republicana que, agora, se instaurava com o fim da Monarquia, pois o Maranhão economicamente era extremamente dependente do Estado, além de manter uma mentalidade escravista que dificultava a transição da mão de obra servil à assalariada.

A monarquia legou à República um Maranhão anêmico e cheio de dúvidas. Enquanto as outras unidades federais ao Sul, beneficiadas pelas vias férreas e pela imigração, recebiam um forte sopro de vida nova, os Estados do Extremo Norte, senhores de vastíssimas extensões despovoadas, não encontravam abertas para um horizonte promissor. Sem o apoio da União, o Maranhão não tinha meios de levantar as forças poderosas e latentes de seu organismo gigantesco (FERNANDES, 2003, p. 48).

O Maranhão, então, estava endividado e, segundo mostra Fernandes, essa dívida fundada e flutuante chegava aos 2000:000\$000 de réis. Segundo o pesquisador, esse problema não era tão difícil de resolver, mas o que o tornava mais grave eram as próprias condições da administração do Estado, a qual não contava com uma arrecadação suficiente

e, assim, não havia possibilidade de investimentos na melhoria das vias de comunicação do interior do Estado, ficando desse modo, muitas áreas alheias à capital e com dificuldades de acesso, daí a necessidade de atenção por parte da administração republicana.

[...] Com precaríssimas vias de comunicação que se limitavam à navegabilidade dos rios até Caixas e Pedreiras, ficando o rico Sertão, em afastamento por bem dizer invencível da Capital do Estado, essas condições o pouco que se fizesse [...] não trazia resultado de aparência visível. De modo que aquela situação de calma financeira era um estado de evidente desânimo para o povo e descrédito para o Estado [...] (Ibid. p. 49).

No contexto econômico dos anos 1891-1901 o algodão – principal gênero responsável pela maior renda do Estado – caiu em suas exportações, isso foi mais significativa a partir da fundação de fábricas têxteis. Fernandes demonstra em sua pesquisa, a quantidade de exportações e os rendimentos dos principais gêneros e produtos que o Maranhão oferecia para o comércio de 1880 a 1903:

#### EXPORTAÇÕES

<b>Produtos</b>	<b>1880-1881</b>	<b>1884-1885</b>	<b>1886-1887</b>	<b>1903</b>
Algodão (*K) *Quilo.	4.428.729	3.665.901	3.717.200	1.927.255
Açúcar (K)	12.749.415	10.966.959	8.911.000	
Couros (K)	48.023	48.956	13.549	65.254
Arroz (K)				
Farinha (K)				1.389.216
Tapioca (K)				18.815
Milho (K)				

Fonte: FERNANDES, Henrique Costa. *Administrações Maranhenses (1822-1929)* 2 ed. São Luís: Instituto Geia, 2003, p. 51 (grifo nosso).

Observa-se, então, que o algodão acaba tendo queda constante em sua exportação e isso é mais notável no início do século XIX, quando chega à quantidade mais reduzida até então. Nesse período está acontecendo a instalação de várias têxteis em todo o Maranhão, as quais vão requerer mais da produção algodoeira.

Considerando as condições econômicas maranhenses desfavoráveis ao seu desenvolvimento, que foram citadas anteriormente, o governador do Estado (até 1910), Benedito Leite, pronunciou-se a respeito dessa situação. Analisando sua pronúncia, vê-se que são pontuados cinco fatores que contribuíram para essa situação financeira:

Chamei a vossa atenção para o pouco desenvolvimento da vida econômica do Estado, devido isso, principalmente, aos efeitos do Regime da Escravidão, à falta de educação profissional para exploração das indústrias, e de braços para o trabalho, às dificuldades do transporte, e à carência de iniciativa (Governador do Estado do Maranhão Benedito Leite, apud FERNANDES, 2003, p. 53).

Será abordado, de forma breve, cada um dos fatores acima. O primeiro fator citado pelo governador faz referência ao fim da escravidão, ou seja, agora os proprietários deveriam pagar os que antes eram seus escravos ou contratar mão de obra assalariada e não negra, que muitos acabaram por não fazer, já que seus lucros dependiam da força de trabalho escrava.

O segundo fator, refere-se à falta de educação profissional, pois havia grande carência. O terceiro fator é a consequência direta do segundo, pois sem mão de obra qualificada, era difícil encontrar trabalhadores que estivessem aptos a atuar nas indústrias que surgiam.

O quarto é a dificuldade de transporte, sem vias e a má qualidade das que já existiam, ficava impossibilitado o escoamento das produções e o deslocamento dos trabalhadores. Por último, o governador cita a falta de iniciativa particular, isso muito se deve à mentalidade da elite política econômica do Maranhão que teve muita dificuldade em se adequar a essa transição para a mão de obra assalariada, além do medo de arriscar investimentos e obter prejuízos.

Em suas pesquisas sobre a instalação de indústrias no Maranhão, José de Ribamar Caldeira (1988), ressalta que a primeira fase do desenvolvimento industrial no Brasil ocorreu entre os anos 1880 e 1890, caracterizando-se esse período pelo surgimento de indústrias de vários ramos, dentre eles, o predominante foi o da fabricação de tecidos:

Dados disponíveis [...] revelam que, anteriormente ao final dos anos 1870, existiam no país apenas 238 fábricas de alguns poucos ramos, entre os quais predominava o têxtil. Porém, durante todo o transcorrer da década de 1880 foram instaladas 389 novas fábricas de ramos diversos, sendo as têxteis a maioria delas (CALDEIRA, 1988, p. 1).

Caldeira ressalta que a economia brasileira anterior à instalação das fábricas era baseada na agroexportação, porém, com o desenvolvimento da indústria, tal economia não foi esquecida como alguns analisam, mas serviu de apoio à própria indústria: “Contudo, aquele crescimento se verificara de modo a não reduzir a importância da agro-exportação.



Antes, propendeu a ajustar-se a essa atividade, tendendo a apresentar-se como um dos seus prolongamentos” (Ibid. p. 62).

Sobre a caracterização desse período: “[...] foi aplicada a denominação de primeira etapa de substituição de importações, [...] a criação da maioria delas (fábricas) ocorrera sob a proteção dos governos central e regionais” (Ibid. p. 63 grifo nosso). A quantidade de fábricas criadas nesse período (1889 e 1895) subiu de 636 para 1.088 (Ibid. p. 63). Quanto às peculiaridades das fábricas têxteis desse estágio,

[...] apresentavam certas características comuns à maioria delas. Primeiramente, foram instaladas em regiões nas quais a agro-exportação propiciava razoável acumulação de capitais. Secundariamente, transformariam parte de determinadas matérias-primas regionais, produzidas sobretudo para exportação. Em terceiro lugar, produziriam principalmente artigos consumidos por assalariados, para substituir similares importados (Ibid. p. 63).

Havia forte ligação entre os investidores fabris e os fazendeiros no Maranhão, numa atividade de cooperação entre eles, pois:

[...] o algodão fornecido às têxteis instaladas no Maranhão era, em grande parte, originário das grandes fazendas, especialmente por dois motivos: a) grandes fazendeiros tendiam a possuir ligações de parentesco, amizade, de partidarismo político e relações de negócios, com comerciantes colocados à frente das direções das fábricas; b) para fornecer algodão às têxteis, grandes produtores desse gênero tendiam a ser privilegiados, por lhes ser possível atendê-las sem prejudicar suas exportações. A indústria têxtil regional tinha de ajustar-se à produção algodoeira regional para exportação (Ibid. p. 76).

O Maranhão, como se pôde notar, esteve dentro desse momento de grande investimento industrial com a instalação de fábricas têxteis como a Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão enfatizada neste trabalho. Considerando, portanto, as iniciativas de investimento nesse setor de estabelecimento fabril, serão observadas as origens de tais investimentos:

A criação do primeiro parque fabril maranhense [...] resultou sobretudo da reunião de capitais investidos por comerciantes importadores-exportadores, fazendeiros e pessoas ligadas a outras atividades, com o apoio dos governos central e regional. [...] A expansão da atividade industrial na região, atingiu o apogeu entre 1890 e 1892. A partir de 1893, iniciativas [...] arrefeceram, como também a produção industrial maranhense enfrentaria dificuldades (CALDEIRA, 1988, p. 62-84).

Segundo Caldeira, esse investimento industrial no Maranhão não se limitou estritamente à abolição da escravatura em 1888 com a queda de produção das lavouras, visto que suas consequências não facilitavam tal investimento, porém, as indústrias que se instalavam tinham como objetivo, por exemplo, sanar a crise da lavoura, uma vez que elas

iriam carecer de produtos dela oriundos para funcionar, além desse e de outros fatores que estão mais bem explorados no trabalho de Caldeira e que aqui, não serão aprofundados.

Com os investimentos empregados no melhoramento das vias de transporte ligando a capital São Luís ao interior do Estado, houve a apresentação do projeto de construção da estrada de ferro São Luís a Teresina, projeto este apresentado aproximadamente em 1851 na Assembleia principal do Estado. Porém, somente no ano de 1921 é que essa construção é consumada. Essa via férrea era de suma importância para o comércio e transporte coletivo no século XIX, e, ainda hoje ela existe, passa pelo centro a cidade de Codó em direção a Teresina, utilizada principalmente no transporte de combustíveis.

Quanto ao início do desenvolvimento econômico da cidade de Codó o rio Itapecuru foi de importância extrema, pois tornou a região fértil, propícia ao cultivo de diversos gêneros agrícolas, sendo que o principal foi o algodão, além de proporcionar o povoamento de Codó. O rio Itapecuru foi também um meio muito utilizado para o escoamento das produções, além de ser uma importante via de transporte que tiraria do isolamento parte do interior maranhense em relação à capital São Luís.

Então, com o favorecimento das terras codoenses ao cultivo do algodão, houve a construção da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, a qual iniciou-se em 1892, de acordo com o jornal Gazeta do Codó (1893). A Companhia comprava, além de algodão para a produção de tecidos, outros produtos, como a tapioca. Em relação à instalação da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão:

A escolha do local para montar a têxtil deveu-se sobretudo aos seguintes fatores: 1) propósito de iniciar-se a descentralização da fabricação de tecidos na região; 2) incluía-se Codó entre as grandes zonas produtoras de algodão do Maranhão; 3) ocupava ele a posição de terceiro município mais populoso do Estado. Em 1890, Codó possuía 17.388 habitantes, população menor apenas que a de São Luís e Caxias (Diário do Maranhão, 28/02/1891, p. 2; 31/03/1891, p. 2 apud CALDEIRA, 1988, p. 188).

O escritor codoense João Batista Machado descreve em sua pesquisa um pouco sobre a Companhia e sua fundação:

A fábrica de tecidos da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, fundada por um grupo econômico (do Estado), tendo à frente José Emílio Lisboa, coube à sua administração, a primeira gerência, a João Pedro da Cruz Ribeiro [...]. Assumiu em seguida a direção da tecelagem como sócio majoritário, Sebastião Archer da Silva (MACHADO, 2012, p. 95).

Dentre os tecidos produzidos pela Companhia, o doméstico era comercializado nos Estados do Pará, Piauí e Ceará. Mas houve momentos de crise da produção da manufatureira, pois além de problemas econômicos como a alta dos preços do algodão, reclamou-se que a ausência de muitas mulheres operárias no trabalho prejudicou os rendimentos da companhia, como se pode observar:

[...] Seus fornecedores de algodão reduziram bastante as entregas dessa matéria-prima, por preferirem exportá-la (abril de 1895). Por outro lado, as operárias continuaram a faltar muito ao trabalho (provavelmente por motivos de impossibilidades pessoais relacionadas aos filhos, propensos a doenças num período de chuvas intensas). Esses fatores levaram a têxtil de Codó a fabricar, depois de expandida (aquisição de 50 teares novos importados da Inglaterra), 365.288 metros de tecidos no primeiro semestre de 1895, produção apenas um pouco superior à realizada na primeira metade do ano anterior (357.678 metros em 1894) (CALDEIRA 1988, p. 250 grifo nosso).

A estrutura da Companhia contava com diversas oficinas nas quais trabalhavam serralheiros, ferreiros e oleiros. Além disso, a fábrica possuía roças para produção de gêneros agrícolas. Pode-se confirmar isto a partir da chamada de trabalhadores para estes locais, conforme divulgação no jornal Gazeta do Codó (1893) – “Nas oficinas de serralheiro, ferreiro, carapeiro, serraria e olaria recebe-se aprendizes; e tanto para os serviços da fábrica como para as roças precisa-se de trabalhadores que serão pagos por salários vantajosos”.

A diretoria da fábrica preocupava-se sempre em divulgar os avanços obtidos na produção da manufatureira, como no seguinte trecho: “A produção da nossa fábrica no mez findo foi de 76 mil metros ou 30 ½ metros por tear em 25 dias de trabalho” (Gazeta do Codó, n. 60, 1894). Também divulgava as novas produções que iam sendo feitas: “A nossa fábrica já está preparando excelentes novelos de fio emparethado, fio torcido e punhos que vende por preços razoáveis” (Ibid. n. 60, 1894). No mês de julho, ocorre a inauguração da companhia, depois do seu processo de estabelecimento e aprimoramento técnico, como se pode observar na divulgação a seguir:

Está marcada a inauguração oficial da nossa fábrica para o dia 28 do corrente. Vão ter os operários também a sua festa, que promete ser esplendida. [...] A banda marcial da sociedade RECREIO DOS OPERÁRIOS ensaia lindas peças para exhibir-se nesse dia (GAZETA DO CODÓ, n. 59, 1894).

Codó viu-se em crescimento e desenvolvimento econômico com a instalação da fábrica, surgia um novo local de trabalho, novas relações sociais, novos divertimentos, enfim, o ambiente agora ganhava características urbanas:

Com a inauguração da fábrica de tecidos, o índice econômico do município subiu. Houve melhorias no bem estar social, mais fartura nos lares, novas casas comerciais foram inauguradas. A cidade crescia [...]. Havia um cinema mudo no Alto da Fábrica. A vida noturna que se restringia aos bailes em casa de família, festinhas e Horas de Artes (espetáculos), mudara de feição. Apareceram os cabarés, frequentados por ricos comerciantes e profissionais liberais (MACHADO, 2012, p. 96).

De acordo com os jornais da cidade, a admiração do povo codoense era grande ao ver em funcionamento a fábrica, seu engenheiro e diretores veem diante deles a concretização do progresso da vila de Codó:

Foi geral o contentamento dos circunstantes e merecidas foram as ovações que explodiram espontâneas de todos os corações e recahiram no Dr. Palmério de Carvalho Cantanhede, presidente da directoria e diretor-technico da companhia e seus bons auxiliares, assim como no digno diretor-gerente, capitão Leontino Francisco Ramos. Os semblantes desses dois prestimosos cavalheiros denunciavam o prazer que lhes ia n'alma por verem beneficiar esta localidade e eleva-la no seio da civilização e do progresso (GAZETA DO CODÓ, n.14, 1893).

A chegada das máquinas na vila foi um acontecimento que chamou a atenção da população codoense, pois eram invenções humanas modernas, objetos fruto da engenharia inglesa, os quais foram utilizados no auge da Revolução Industrial e que, naquele momento, chegavam a Codó:

Chegaram em Barcaças em grandes batelões puxados por resistentes navios gaiolas. Vieram de longe caldeiras, teares, roldanas, enfim o maquinário completo da Inglaterra. [...] A cidade passaria, de um salto, para uma vida que gozaria os reflexos da Revolução Industrial, embora tardiamente (MACHADO, 1999, p. 32).

O maquinário que iria ser utilizado na companhia já não era tão novo, não se sabe detalhes sobre a compra dessas máquinas, o porquê da aquisição delas já em estágio quase ultrapassado, em entrevista a um ex-funcionário do escritório da fábrica, ele citou que as máquinas já eram obsoletas à época e que, a fábrica fechou também por conta disto.

Nos textos jornalísticos analisados há uma ênfase de que muitos não acreditavam no desenvolvimento de Codó, mas a visão dos investidores era otimista – “Até bem pouco tempo, forçoso é confessar, escassos eram os interessados pelo desenvolvimento material desta villa onde abundavam os alheios ou indiferentes a esse sentimento, do qual exclusivamente depende o nosso futuro engrandecimento”(GAZETA DO CODÓ, n. 14, 1893).

Os operários que adentraram para o trabalho na manufatureira eram bem vistos pelos investidores, pois eram considerados importantes para o crescimento da vila e também de seu próprio crescimento. Constantemente é percebido o ânimo e otimismo diante da fábrica, vista enquanto agente de desenvolvimento social para as pessoas que nela passaram a trabalhar.

Os incentivos à população codoense para fazer parte do quadro de funcionários da companhia são acrescidos do sentimento de solidariedade para com a sociedade codoense, de contribuição para todos os moradores da vila, uma maneira de promover a eliminação da precariedade das condições de vida de muitos codoenses.

Para trabalhadores de fora, viu-se no jornal que a Companhia possuía terrenos disponíveis: “[...] tem aberto diversas ruas nas circunvizinhanças de sua fábrica, a fim de ir vendendo terrenos para edificações. A companhia dá licença para construção de pequenas casas de palha por tempo determinado e gratuitamente” (GAZETA DO CODÓ, n. 21, 1893).

Em relação a condições de infraestrutura fábrica, no balanço financeiro realizado no ano de 1893, no dia 6 de abril, a companhia tinha em caixa, bem como os títulos dos bens de raiz acumulados em rs. 4:682\$860. A estrutura organizacional contava com a divisão de seções, sendo que cada uma tinha um funcionário específico: seção manufatureira – administrador Luiz Barbosa; seção agrícola – Affonso Giffing de Matos; responsável pelos pagamentos – sr. Antonio Salles Serra; responsável pela escrituração – sr. José Pedro Borges Ribeiro. De acordo com o jornal, a companhia, nesse ano, possuía em sua composição os seguintes elementos:

Estão montados 50 teares, 3 urdideiras, 4 carreteleiras, os aparelhos para gomma, 6 baricadas de ferros, 3 massaroqueiras, 2 passadeiras, 1 machina de dobrar e 1 prensa de enfardar fazendas, 12 cardas e o descaroçador e trabalha-se com atividade na conclusão da montagem do resto dos teares e dos aparelhos de fiação e da tinturaria. Algodão em caraço, depósito: 20, 380 kilog. Funcionam com regularidade as duas linhas de trilhos que ligam a fabrica ao porto e á olaria do caminho de Quebranzol e bem assim a bomba assentada á margem do rio Itapecurú. [...] A Companhia possui em distancia de 1.200 metros – metro da fabrica – uma área de mais de 600.000 metros quadrados de barro da melhor qualidade (GAZETA DO CODÓ, n. 24, 1893).

Quando as famílias de lavradores começaram a vir para o trabalho na seção agrícola, o diretor da fábrica observou a necessidade da construção de uma escola para que essas famílias tenham mais motivação para permanecer e, assim, ocorrer a estabilização do quadro de trabalhadores da companhia. Busca-se o aprimoramento do estabelecimento

industrial da manufatureira, o suprimento de trabalhadores, o acolhimento dos filhos desses trabalhadores em escolas. Enfim, Codó vive um período de crescimento econômico e populacional em grande movimento.

Estando concorrendo para a secção agrícola algumas famílias de lavradores, que desejam permanecer nas terras da companhia, submetendo-se ao contracto [...] lembro a necessidade da criação ali de uma escola, logo que o nº de meninos atinja a 20, porque esse melhoramento será mais um incentivo para a vinda de novas famílias, que contribuirão para tornar estável o pessoal de que carecemos nesta secção (GAZETA DO CODÓ, n. 24, 1893).

No período do mês junho do mesmo ano, a companhia encontrava-se completa em suas técnicas de manufatura, pronta para colocar em funcionamento os seus teares. Mas houve dificuldades, dentre elas, o de encontrar operários suficientes. O anúncio do jornal pesquisado enfatiza essa necessidade.

O que chama a atenção é a convocação de crianças, ou melhor, pré-adolescentes (12 a 15 anos) para serem operárias, tanto meninas como meninos. Começa-se então, um olhar diferenciado sobre o trabalho, agora ele era visto não somente como um meio de extrema importância para o crescimento e desenvolvimento econômico, mas também como um meio de educar menores que “andavam” sem “ocupação”. Ou seja, via-se no trabalho o “guardião” para que esses menores não absorvessem comportamentos prejudiciais a eles e à sociedade codoense, como o uso de drogas e a violência.

Mas a inserção de crianças na têxtil não era novidade no sentido geral, uma vez que no final do século XIX, ou seja, praticamente no mesmo período da instalação da companhia, na Europa industrial, a mão de obra infantil era extremamente procurada, pois era barata e desde cedo as crianças eram submetidas a regimes disciplinares nas oficinas de aprendizagem. Via-se no trabalho infantil a “solução” para o custeio dos estabelecimentos industriais, já que o rendimento lucrativo seria bem vantajoso.

O trabalho, então, proporcionaria a ocupação da mente dos meninos e meninas, lhes ensinaria a disciplina, lhes daria a oportunidade de obter seu dinheiro por seus próprios esforços, enfim, lhes faria adquirir responsabilidades e zelar por elas.

#### *A INFÂNCIA CODOENSE*

Acha-se consumada, pode-se assim dizer, a grande obra que empreendem nesta localidade a Companhia Manufatureira e Agricola do Maranhão e agora carece ella de operários. No meio desses operários têm de ser contemplados muitos meninos e meninas de nossa sociedade. [...] Há muitas crianças sem ocupação e sem futuro que por ali andam se perdendo e adquirindo maus hábitos e talvez recebendo as licções do vício. A seus pais, a seus tutores, aos administradores das

peças desses entes que são os representantes do futuro exhortamos a aproveitarem o ensejo de lhes dar uma boa colocação no seio da fábrica que se inaugura. Há tempos propoz a companhia ao juiz de direito desta comarca a admissão de menores no seu estabelecimento agrícola para lhes dar ensino primário e agrícola por systema aperfeiçoado, alimentação, vestuário, calçado e um salario razoável. O juiz de direito recebeu com interesse essa proposta e mandou exigir dos inspectores dos quarteirões da comarca arrolamento de todos os órfãos nelles residentes, para escolher dentre eles os que estivessem no caso de receber o benefício proposto, e entrega-los a companhia (GAZETA DO CODÓ, n. 31, 1893).

É possível observar o interesse camuflado dentro do anúncio pela admissão de meninos e meninas. Para conseguir essa mão de obra, os anunciantes justificam que os menores terão “ensino”, serão “educados” e terão suas necessidades pessoais supridas pelo estabelecimento. Nota-se que essa convocação chega ao juiz como uma ação social, de solidariedade para o bem dessas crianças, mas sua intenção principal era a aquisição de mão de obra barata e facilmente controlada pelos patrões, assegurando ampla lucratividade.

Mas o resultado desses anúncios convocatórios não foi o esperado pelos diretores da companhia, visto que quando os inspectores da comarca foram em busca das crianças para listarem seus nomes e entregarem à companhia, segundo o que diz o jornal, não encontraram nenhuma sequer. Isso foi enfaticamente criticado pelos diretores, os quais responsabilizaram os pais e responsáveis dessas crianças pelo “mal” que estavam fazendo a elas por não permitirem-nas para o trabalho.

Consta-nos, porem, que não se encontram na comarca nem um orphão ou menor, todos desapareceram! É incrível isto, mas asseguraram-nos ser verdade. Apesar das explicações nas circulares judiciais, não houve quem quisesse receber um benefício de tal ordem! Entretanto, é penoso dizer-se, as antigas fazendas e as estradas estão entulhadas de crianças vadias e maltrapilhas, entregues ao ócio, à ignorância e ao vício que as há de mais tarde arrastar ás grades de uma prisão. Essas crianças, coitadas, não pensam e não têm culpa do seu estado. A responsabilidade deste recae exclusivamente naqueles sob cujo poder se acham. É preciso uma propaganda tenaz e permanente até faze-los chegarem á razão e reconhecerem o erro em que se acham e o mal que estão fazendo a esses pequenos, deixando-os á lei da natureza. Devemos todos que nos interessarmos pela prosperidade desta terra pregar a doutrina do trabalho, aconselhar a esses infelizes que sigam a senda de felicidade que se lhes depara e saiam por uma vez da escuridão, ignorância e miséria que os cerca (Ibid. n. 31, 1893).

Essas crianças, de acordo com as informações encontradas no jornal, são filhos de ex-escravos. É cabível analisar que, provavelmente, não apenas por isso os pais resistiram em deixar seus filhos ingressarem na fábrica, mas por saberem que tal trabalho poderia prejudicá-los, pois estariam propensos a acidentes, a longas jornadas de atividades e a disciplinas rigorosas. Percebe-se que os resquícios do discurso escravista continuavam fortes na época.

Os paes deles não receberam educação, só conheceram os rigores do feitor e civilização das senzalas. Neste estado entraram bruscamente para o seio da sociedade, o que podemos deles esperar? O que estamos vendo – a negação a tudo que for bom, porque, livres da escravidão que por tanto tempo lhes foi imposta pelo homem, não compreendem que é necessário submeter-se á escravidão do trabalho que lhes é imposta pela natureza. [...] É esse um acto de humanidade, que concorrerá para produzir no futuro os mais sazonados frutos em proveito da paz e tranquilidade publica, em bem da sociedade que constituirém os nossos filhos. Somos os diretores da opinião publica nesta localidade, somos os conselheiros da população actual, a nós compete, pois, indistinctamente levar aos hombros esse encargo e doutrinar esse povo para o bem e para a prosperidade. Cada um tome sobre si a tarefa gloriosa de concorrer para melhorar o estado moral da nossa maior população (GAZETA DO CODÓ, n. 31, 1893).

Com todas essas transformações vivenciadas nesta cidade, em 1896 a Vila do Codó, sob a Lei n. 133 de 16 de abril de 1896, art. 1º, é elevada à categoria de cidade pelo Vice-Governador no Congresso do Estado – Dr. Alfredo da Cunha Martins. Nesse mesmo ano o Estado ainda estava passando pela crise econômica apesar dos investimentos industriais realizados, é o que mostra uma mensagem apresentada ao Congresso do Maranhão sobre o estado dos negócios públicos e atos praticados pelo Poder Executivo naquele período:

A falta de colheita nos últimos anos, consequencia fatal da irregularidade das estações e da desorganização do trabalho agrícola, deixava-nos de meios no exterior, impossibilitando-nos diretamente de realizar os compromissos ahí contrahidos. Nestas condições, immobilisou-se elevadíssimo capital e as fábricas ficaram geralmente reduzidas à metade, ou a um terço dos machinismos de quem tinha necessidade para o trabalho. A produção, ficando deste modo muito aquém do que fora calculado para a vida normal das fábricas, dá apenas, como é notado para o custeio do serviço diário. Baldas de recurso para attender a exigências de ordem diversa tiveram as empresas de recorrer ao crédito e, para este fim, serviram-se do que faculta a lei federal n. 177 A, de 15 de Setembro de 1893. [...] Senhores membros do Congresso, poderão provir medidas capazes, senão de debellar a crize, que nos assoberba, ao menos de attenuar, e muito, os seus desastrosos efeitos (MARANHÃO. Leis e Decretos. Coleção das leis do Estado do MA de 1895/1897, p. 4-5).

Para solucionar essa situação de crise, algumas propostas foram apresentadas, principalmente a da utilização da mão de obra indígena no trabalho nas lavouras, resquícios do período colonial:

Conter o desanimo da pequena lavoura, aproveitar o elemento indígena e cuidar da sorte dos orphãos desvalidos, preparando-os para os futuros trabalhos da lavoura, são providências que se impõem desde já. [...] O aproveitamento do braço indígena para o trabalho agrícola, por meio de núcleos regularmente organizados e entregues á direcção civilisadora far-se-ha sentir mais facilmente, como ainda o habito regular do trabalho fará com que os índios se tornem homens úteis a si mesmos e á sociedade em que vivem (Ibid. p. 5).



Portanto, compreende-se que o Maranhão não deixou por completo a utilização do trabalho escravo, pois os próprios governantes queriam utilizar a mão de obra indígena, a qual também não era remunerada. Vê-se também a discriminação social em torno do índio juntamente com a ambição dos proprietários e do próprio governo, o qual não considerava o índio como ser humano digno de respeito, com valores culturais, como todo ser humano, mas como “elemento” aquém do convívio social, o qual deveria ser “civilizado”, porém por meio de sua força de trabalho submetida à exploração, o que deixa evidente que esse ato de “civilizar” era apenas um argumento vazio e pretencioso, de inferiorização da população indígena.

No mês de março de 1894 os administradores da companhia chamam atenção para a constante ausência de suas operárias nos teares, isso devido ao período chuvoso, segundo os dirigentes da fábrica. Mas faz-se necessário analisar que outros podem ter sido os motivos das faltas das operárias, uma vez que muitas eram mães solteiras e a saúde das crianças talvez não estivesse em bom estado.

Além disso, viviam uma realidade que não lhes propiciava estabilidade (de nunca faltarem) no seu trabalho, no sentido de necessitarem de apoio no lar e de terem uma carga muito grande de responsabilidade sobre elas, o que as deixava vulneráveis a diversos empecilhos que não eram considerados pelos seus patrões enquanto sendo estas as condições dessas mulheres, pois eram vistas por eles apenas como mão de obra.

Isso demonstra que as operárias logo eram menosprezadas perante a sociedade quando faltavam no trabalho, mas suas reais razões eram ignoradas, a sua própria condição enquanto mulher era desconsiderada. Nos jornais pesquisados é quase inexistente a menção específica às mulheres que trabalhavam na companhia, este é um dos poucos trechos nos quais elas são mencionadas:

Devido ao rigoroso inverno que tem feito, as operárias têm falhado muito á fábrica, de modo que tem estado alguns teares parados. [...] É mister, pois, que todos eles homens e moças, se compenetrem da necessidade de sua assiduidade á fábrica, não só para auferirem melhores lucros como para não darem prejuízo ao estabelecimento que os proporciona-lhes (GAZETA DO CODÓ, n. 59, 1894).

A ausência no trabalho por parte de muitos operários, também se dava pelos feriados religiosos, os quais, segundo as informações, eram guardados rigidamente:

É muito difícil ao povo desprender-se de seus antigos hábitos. Todos os empregados são catholicos e o catholicismo manda guardar também os dias

santificados. Por isso estamos convencidos de que a administração não conseguiria trabalho de todos seus operários esses dias (GAZETA DO CODÓ, n. 56, p. 1894).

Essas informações demonstram as exigências feitas pela Companhia, caracterizando mais uma vez a rigidez aplicada aos operários sob a qual as mulheres também eram tratadas, como se pode ver a seguir sobre a situação das operárias nas têxteis.

#### **4 A CONDIÇÃO FEMININA NAS TÊXTEIS E AS MEMÓRIAS DAS OPERÁRIAS DA FÁBRICA DE CODÓ NO PERÍODO DE 1954 A 1958**

Na primeira metade do século XIX, a produção econômica da França encontrava-se no período em que a divisão do trabalho e a economia capitalista estavam em vigor. Uma de suas principais características fabris foi a introdução das máquinas e com elas o início de uma forma disciplinar do trabalho operário, o qual passava a ter horários rigidamente estabelecidos e o controle do tempo em que os trabalhadores empregavam sua força de trabalho em tais máquinas.

Segue-se a um momento em que as máquinas passam a substituir as mãos dos operários franceses. Com estes novos meios inseridos nas manufaturas, os operários então deixam de ter autonomia no ritmo do seu trabalho, além disso, o patrão pode substituí-los pelas máquinas a seu bel-prazer.

Essa situação gerou uma revolta em cadeia na sociedade parisiense, pois, os trabalhadores precisavam do seu salário, mas estavam voltados contra as máquinas. Essas e outras insatisfações dos operários, como, por exemplo, a carga horária de trabalho, levou à eclosão de grandes conflitos em Paris, e, nessas revoltas estavam inseridas as mulheres – donas-de-casa, mães e esposas que dependiam do salário de “seus” trabalhadores na administração e sustento da família, além de serem operárias nas fábricas.

Mas deve-se considerar até que ponto as máquinas eram vistas como inimigas pelos operários franceses, pois nessa época, pequenas máquinas como a de costura estavam sendo adquiridas e sendo usadas nas residências, porém elas eram vistas como instrumentos auxiliares do trabalho manual:

A aceitação posterior da máquina de costura, sua rápida penetração nos lares populares sugerem uma atitude flexível e pragmática. De resto é necessária uma distinção entre os instrumentos, auxiliares, e as máquinas, concorrentes e dominadoras. A atitude operária não é absolutamente hostil ao progresso técnico, desde que lá o governe (PERROT, 2010, p. 30).

Portanto, sintetizando esse início de discussão, compreende-se que os conflitos sociais devido às máquinas por parte dos operários estavam relacionados à perda de autonomia no ritmo do trabalho e à substituição dos trabalhadores pela máquina, fatores que geravam medo quanto à mecanização nas indústrias têxteis de Paris nessa época do desenvolvimento industrial.

Até esse momento as mulheres apareciam somente nas revoltas contra as

máquinas, mas no sudeste da França há o início da introdução da mão de obra feminina e infantil nos trabalhos de tecelagem mecanizados. O local desses trabalhos estava restrito a conventos, os quais eram dirigidos por mulheres religiosas, fator este que traduz em parte a condição do trabalho feminino em um local mais “fechado”: “[...] É o início dos famosos 'conventos da seda', esses internatos com trabalhos em seda tantas vezes descritos, forma acabada, de fato, do enclausuramento e da disciplina” (Ibid. p. 44).

Tratava-se de uma restrição às mulheres a não trabalharem em lugares onde pudessem ser muito “vistas”, pois isso poderia tornar-se um perigo para a “moral” feminina, portanto, existe, neste sentido, uma preocupação com o controle do comportamento feminino. Trazendo agora a abordagem do trabalho feminino nas fábricas para o contexto da cidade de Codó no século XIX na Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, segundo a revista Leia Hoje (2000 – nº 49 - ano VI) as mulheres que trabalhavam na fábrica ocupavam funções de varredoras, secretárias e operárias dos teares: “[...] humildes tecedeiras dos teares, moças denominadas de 'pipiras'. Operárias honestas e trabalhadoras”.

Os trabalhos na manufatureira ocorriam de segunda-feira a sábado e o horário de entrada era regulado por um apito que soava três vezes, no primeiro e segundo som do apito os funcionários podiam entrar, porém no terceiro, a entrada ficava restrita a diretores. Pode-se, portanto, estabelecer uma relação com o regime disciplinar nas fábricas parisienses.

Em entrevista realizada a um ex-funcionário da fábrica, nota-se a quantidade de mulheres que nela chegaram a trabalhar. Segundo o senhor Nicanor Monteiro dos Santos, nascido em 22/10/1930 de origem baiana, que chegou em Codó em 1954, para assumir o cargo de contador na companhia, cerca de 500 pessoas trabalhavam na fábrica e a maioria eram mulheres. Quanto às condições de pagamento dos funcionários, o senhor Nicanor informou que o salário das tecedeiras não era fixo e que elas ganhavam por quantidade de tecidos produzidos, mas os técnicos do maquinário tinham salário fixo.

Isto leva à hipótese de que o salário masculino era maior que o feminino, pois, geralmente na parte técnica da maquinaria eram homens que trabalhavam como mão de obra especializada, ou seja, eram qualificados para atuarem nesse setor, enquanto que nos teares, a presença feminina era grande em relação a masculina, já que o trabalho desenvolvido pelas mulheres, *a priori*, não requeria conhecimento técnico.

No contexto industrial do Brasil no século XIX e a situação das mulheres no cenário fabril, Margareth Rago afirma que “[...] Em geral, na divisão do trabalho, as mulheres ficavam com as tarefas menos especializadas e mal remuneradas, os cargos de direção e concepção como os de mestre, contramestre e assistente, cabiam aos homens” (RAGO, 2007,

p. 583-584). Compreende-se que o trabalho feminino nos teares estava relacionado, como anteriormente discutido, à visão da mulher como “frágil”, “incompetente” para executar outras tarefas, além disso, este era um trabalho que exigia delicadeza, qualidade que era (e é) considerada propriamente feminina. Cabe ressaltar que nas relações de gênero, o trabalho da mulher fora de casa era visto apenas como uma complementação da renda doméstica, já que a atuação de provedor na heteronormatividade cabia ao homem.

Isso torna evidente que as mulheres no ambiente de trabalho ficavam vulneráveis a explorações, abusos sexuais de mestres e contramestres, maus-tratos, dentre outras possibilidades de agressões físicas e psicológicas que elas poderiam enfrentar: “Sem uma legislação trabalhista que pudesse proteger o trabalho feminino, as reclamações das operárias contra as péssimas condições de trabalho, [...] contra o controle disciplinar e contra o assédio sexual encontram espaço na imprensa operária” (*Ibid.* p. 583).

Margareth Rago, entretanto, enfatiza que o olhar sobre a mulher trabalhadora não devia restringir-se somente a um ponto de vista de vitimização feminina, de exploração, enfim. Mas deve ser analisada a relação entre a posição feminina enquanto trabalhadora e a moral social atribuída a essa mulher, considerando que essa “moral” estava voltada intencionalmente para confinar as mulheres em locais privados:

[...] No discurso de diversos setores sociais, destaca-se a ameaça à honra feminina representada pelo mundo do trabalho. Nas denúncias dos operários militantes, dos médicos higienistas, dos juristas, dos jornalistas, das feministas, a fábrica é descrita como “antro da perdição”, “bordel” ou “lupanar” [...] Essa visão está associada, direta ou indiretamente, à vontade de direcionar a mulher à esfera da vida privada [...] (*Ibid.* p. 585).

Essa moral social demonstrava a preocupação com o risco da desagregação da família pela ausência da mulher em casa, pois sem ela, as crianças cresceriam “desorientadas”. Isto pode ser entendido de outra forma - se seria esse um discurso realmente preocupado com a família ou se visava a não “compatibilidade” masculina em cuidar das crianças desfazendo-os dos cuidados com o lar culturalmente atribuído à mulher.

[...] De que modo as mulheres que passavam a trabalhar durante todo o dia, ou mesmo parcialmente, poderiam se preocupar com o marido, cuidar da casa e educar os filhos? [...] Tais observações levavam, portanto, à delimitação de rígidos códigos de moralidade para mulheres de todas as classes sociais. As que pertenciam à elite e às camadas médias estavam certamente no centro dessas preocupações, sobretudo as jovens que iniciavam suas carreiras como médicas, advogadas, biólogas, pintoras, pianistas, mas também as trabalhadoras, mães dos futuros construtores da pátria, eram alvos do moralismo dominante (*Ibid.* p. 588-589).

Havia, porém, segundo Margareth Rago, uma distinção entre as próprias mulheres, pois as que não tinham recebido instrução escolar eram consideradas menos racionais (pelas outras mulheres) do que as mulheres das camadas sociais mais altas da sociedade. Dentre as consideradas “irracionais” estavam as operárias que trabalhavam nas fábricas e tinham, segundo alguns moralistas, mais “propensão” à prostituição.

No final do século XIX, em 1897, as feministas começaram a fazer suas publicações em defesa da mulher, porém, segundo Margareth, priorizavam as mulheres das classes mais abastadas, e reclamavam as suas dificuldades e entraves que eram impostos quando decidiam “sair de casa” para trabalhar. As feministas defendiam que a mulher que trabalhava tinha melhores condições de instruir seus filhos:

Precisamos compreender antes de tudo e afirmar aos outros [...] que é a bem da própria família, principalmente dela, que necessitamos de desenvolvimento intelectual e de apoio seguro de uma educação bem feita [...] Uma mãe bem instruída, disciplinada [...] funda no espírito de seu filho o sentimento da ordem [...] Uma mulher ignorante, ou fútil, não pode ser uma mãe perfeita (*A Mensageira*, p. 341, v. 1, apud, RAGO, 2007, p. 590).

As feministas tentavam, então, reverter a “ordem” dos argumentos contrários à inserção da mulher no ambiente de trabalho fora do lar e o acesso à educação, utilizando a justificativa da importância desta para a melhor estruturação da família.

Quanto às mulheres maranhenses, estas passaram a ser mais “vistas” após a mudança ocorrida com o desenvolvimento industrial. Ao tornarem-se operárias, ganhavam um olhar novo da sociedade sobre elas, como se o ser operária tivesse maior importância do que as outras atividades antes praticadas por elas.

Em nome do “progresso” ergueram-se as chaminés, e na busca da 'civilização' fizeram-se circular discursos que preconizavam uma sociedade em tudo, outra. 'Senhores absolutos de todas as coisas e de todos os seres, com direitos de vida e morte' sobre eles passam a ser empresários no mesmo contexto em que mulheres pobres, que sempre trabalharam como lavadeiras, cozinheiras, doceiras, floristas ou vendedoras de fatos de boi doravante passam a ser também operárias (TRIBUZI, 1981, p. 13, apud CORREIA, 1998, p.1).

Glória Correia (1998), ao abordar sobre as mulheres das classes menos favorecidas da sociedade, afirma que as mulheres quando praticavam algo que ia contra os padrões sociais para seu sexo, justificava-se seu comportamento pela sua natureza enquanto mulher ou devido à sua condição socioeconômica, mediante tal justificativa, o trabalho feminino era relativamente aceito pela sociedade.

Analisando a situação das mulheres frente à participação em decisões de cunho econômico, Marize Helena Campos (2008) evidencia que a mulher, ao contrário de uma visão que a enxergava somente empenhada nos trabalhos domésticos, também possuía patrimônios materiais e cuidava da administração deles, além de também existirem mulheres senhoras de escravizados, deixando assim, evidente que elas eram participantes de decisões econômicas no contexto em que viviam:

Tendo contemplado as individualidades, podemos inferir que os testamentos [...] abarcaram montantes de pequenos, médios e grandes patrimônios. Mas independentemente do grau de concentração de riqueza, em geral, mostram elementos confirmatórios da presença feminina em um cotidiano marcado pela lida e uma explícita conduta de privilégios para outras mulheres no momento de distribuir os bens (Ibid. p. 355).

O poder de decisão nos testamentos sobre a quem deixariam seus bens após sua morte, também era exercido pelas *senhoras donas*, termo usado por Marize Helena (2008). Isso demonstra o grau de participação feminina nos vários aspectos: familiar, econômico, político, religioso, entre outros, ou seja, cada área da vida social teve a presença feminina de alguma maneira. As mulheres nunca estiveram completamente alheias ao seu meio, muito menos às circunstâncias dele. Em todos os momentos da história é possível observar as ações femininas, o que desmonta mais ainda a visão unilateral de uma perspectiva estritamente patriarcalista:

Esses casos nos levam a pensar em mulheres que, de fato, encabeçaram domicílios e núcleos produtivos. Mulheres participativas, atuantes e porque não dizer independentes, que contrastam com o “comum historiográfico patriarcal”. Mulheres que buscaram seu quinhão, que aliaram-se a outros ou que depositaram nos filhos o crédito de idoneidade e honra que a sociedade pedia (Ibid. p. 414).

Destaca-se, portanto, o potencial feminino como capaz de exercer liderança, de conduzir questões familiares relacionadas aos bens materiais sob seu poder, ressaltando assim, a atividade da mulher nos mais diversos aspectos da sociedade.

Nas fábricas têxteis maranhenses, quanto a algumas condições de trabalho, vê-se que exibiam não apenas a visão econômica de seus investidores, mas também sua “função social”, ou seja, era um espaço onde pessoas pobres da população teriam sua “chance” de obter melhor sustento para si e suas famílias, além disso, as fábricas representavam a organização do trabalho, um local onde seus operários eram disciplinados, ensinados a dedicar-se ao trabalho obedecendo aos horários rigidamente estabelecidos. Porém sabe-se que ocorria opressão por parte dos patrões, mestres e contramestres, o que evidencia o caráter paradoxal e até enganoso da visão que se idealizava sobre o trabalho nas fábricas.

Menos que angariar lucros e propiciar riquezas, as fábricas, nessas falas, teriam a nobre função social de “abrir à classe proletária as portas do trabalho e de uma educação nova para ele” e sua implantação estaria mais que justificada pelo fato de que seriam “abrigo sério e honesto” para muita gente que, sem elas, “ficaria exposta a um sem número de necessidades e grandes males” (*Diário do Maranhão*, 23/01/1888; 25/07/1893 apud CORREIA, 1998, p. 131-132).

Pode-se observar, aqui, a nova forma de ver o trabalho, o qual é percebido como algo dignificante, propiciador de desenvolvimento pessoal. Nessa nova sociedade, produto das transformações econômicas industriais maranhenses, ocorre a valorização desses grandes empreendimentos enquanto imprescindíveis para a modernização, progresso e evolução. Porém, toda ação humana gera consequências e, a instalação das fábricas de tecidos geraram necessidades antes inexistentes, como a melhoria do espaço urbano com infraestruturas apropriadas, redes de esgoto, encanação de água, construção de moradias para os trabalhadores, dentre outras mudanças.

Isso demonstra o reflexo das atividades econômicas no cotidiano da população maranhense, dentre elas, o novo tratamento dado ao tempo, o qual agora passa a ser considerado de suma importância para o desempenho da economia industrial e comercial.

Em apoteose triunfal dava-se o espetáculo da modernidade: tomavam as operárias os seus respectivos lugares e punham as máquinas para funcionar. E dignificadas ficavam elas pela positividade nova que se procurava imprimir à concepção de trabalho, que passava da “mais humilde e desprezada posição ao nível mais elevado e à mais valorizada das atividades humanas (ARENDDT, 1998, p. 148).

Apesar do pensamento crítico que se pode fazer em relação à “função” das fábricas onde várias operárias trabalhavam, deve-se admitir que elas contribuíram de certa forma para muitas dessas mulheres, em sua grande maioria necessitadas e mães solteiras, pois, em muitos casos, eram a única alternativa que tinham de trabalho, apesar de todas as pressões sociais que sofriam ao deixarem o espaço privado, seus lares, para ocuparem com seu trabalho um espaço visto por muitos como “perigoso” à sua “honra”, quando jovens virgens.

Além da pobreza e do encantamento, a partir da sua existência, as fábricas passaram a constituir um largo regaço, na medida em que a todas, indistintamente acolhia. Assim, num contexto marcado por preconceitos morais, de classe e de cor, tornavam-se elas a grande alternativa de sobrevivência, tanto às mulheres negras, como para as destituídas de instrução, e ainda para os anjos caídos. Por isso, as fábricas assumiram também uma forma ambígua, na medida em que no imaginário que se constituiu em torno delas, de regaço acolhedor passaram a ser percebidas como um antro de promiscuidade, e aquelas que nelas empregavam suas energias, indistintamente corriam o risco de serem confundidas com as “decaídas”. Isto porque na construção idealizada das mulheres, estas equivaliam-



se a anjos sexuados, que ao perderem sua virgindade fora das condições permitidas, tornavam-se anjos caídos, e, mais que isso, ao viverem sua sexualidade por prazer e/ou ofícios, reduziam-se à condição de “decaídas” (CORREIA, 1998, p. 164).

Dentro das fábricas as operárias tinham uma pequena possibilidade de “promoção”, pois podiam adquirir uma melhor função tornando-se “donas-da-máquina”<sup>2</sup>, isso ocorria no decorrer da experiência que iam adquirindo no trabalho. Não se pode deixar de abordar que muitas eram as dificuldades que as operárias enfrentavam em continuar trabalhando, pois mesmo quando encontravam-se grávidas, continuavam até aproximar-se o dia do nascimento de seus bebês, pois ganhavam seus pagamentos de acordo com a quantidade produzida, como já foi visto. Glória Correia explica, em sua pesquisa, sobre como ocorriam algumas mudanças de posição das operárias.

Terminado o período em que se dava o aprendizado, a mestra dava a aprendiz como “pronta”, mudando, a partir de então, o seu status dentro da fábrica. De aprendiz passava para “suplente”, tornando-se a partir de agora, tanto para as outras suplentes como para as “donas-da-máquina”, mais uma concorrente. Pois nesse mundo de instabilidade em que se constituía a fábrica, em termos de operárias, apenas três níveis hierárquicos existiam: “aprendizes”, “suplentes” e “donas-da-máquina” (Ibid. p. 171).

Não havia estabilidade ou garantia para que as operárias permanecessem em seus trabalhos, o que ganhavam no dia não definia o que ganhariam no outro, ou seja, era uma “aventura” diária, sem o conhecimento do que poderia ser decidido quanto à sua permanência no trabalho.

Essas eram condições instáveis, e, num mundo sem leis e sem proteção ao trabalho, onde o pão-de-cada-dia era ganho dia a dia, além de receberem menos que as donas-da-máquina, havia mesmo os dias em que sequer serviço tinha. Aprendiam como todo mundo aprendeu um dia, mas quando estavam “prontas”, só trabalhavam quando falhava uma dona-de-máquina, e elas a substituíam. Além disso, podiam ficar fazendo serviços menores, como “varrer o salão” ou “catar linha”, havendo, porém, os dias em que nada disso acontecia. Voltavam então para casa de mãos vazias, aventurando no dia seguinte uma nova jornada, com melhor sina (Ibid. p. 173).

Com relação às suplentes, tratava-se de trabalhadoras “sem paradeiro certo”; ou seja, hoje podiam estar fazendo uma coisa, amanhã outra bem diferente e depois, ver-se sem fazer nada.

Existia ainda o fato de seus mestres agradarem-se delas e com isso, continuarem na fábrica, por isso, muitas “caprichavam” nas suas relações interpessoais com eles,

---

<sup>2</sup> Operárias que eram responsáveis pela máquina na qual trabalhavam, ou seja, exerciam a sua função de forma “efetiva”, não mais como ajudante nem como suplente. Era uma posição estável que a operária alcançava depois do período de observação do seu trabalho.

esforçando-se para serem bem vistas, o que se justifica neste trecho da pesquisa de Glória: “[...] com efeito, ascensão e queda profissional nesse mundo de homens e mulheres, de jogos de sedução, poderes e contrapoderes, dependia tanto do desempenho profissional como dos olhos de mestres e gerentes” (Ibid. p. 174).

A condição física das fábricas era propícia à proliferação de doenças como a tuberculose, pois os ambientes tinham de ser fechados para evitar má qualidade da produção dos tecidos.

Em termos de condições físicas, por serem fábricas de fiação e tecidos, permaneciam com as janelas fechadas, para que o vento não quebrasse os fios, decorrendo aí um ambiente quente e abafado, que as obrigavam a, vez por outra, saírem “no tempo” de corpos suados, razão pela qual, dentre outras, a tuberculose, que era o grande mal das fábricas, com muita intensidade acontecia. Além do mais, o pó ficava solto no ar e, entranhando-se pela boca e pela pele, causava asma, rouquidões e alergias, como as operárias pensam e dizem. [...] Em termos de óbitos [...] dentre as moléstias que mais matavam estava a tuberculose, juntamente com as doenças “do sistema nervoso, beri-beri e impaludismo” (AMARAL, *Op. Cit.* p. 95 apud CORREIA, 1998, p. 177).

Além de tudo o que foi acima mencionado sobre as operárias, pode-se entender que o trabalho por elas exercido, com o fechamento das fábricas, demonstrou que o mesmo fazia parte de suas identidades, daquilo que consideravam “ser”, visto que havia uma estreita relação entre elas e seus locais de trabalho, pois era de onde obtinham o sustento diário e onde conviviam com seus colegas, conseguiam obter recursos financeiros a mais, vendendo produtos comestíveis ou de outra espécie dentro da fábrica, enfim, as fábricas constituíam boa parte de seus modos de vida.

Para conhecer a realidade da presença feminina na antiga fábrica manufatureira de Codó utilizou-se das memórias de três senhoras, já idosas atualmente, as quais eram tecelãs na fábrica já em quase meados do século XX. Na análise dessas memórias foi utilizada a perspectiva de memória a partir Michel Pollak (1989), o qual estuda a memória coletiva como de caráter “potencialmente emblemático” e aborda a perspectiva construtivista, a qual pode ser aplicada ao estudo de “[...] como os fatos sociais” se tornam coisas [...] e “[...] como e por que eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade”.

Assim, absorvendo essa perspectiva à memória coletiva, ele compreende que ocorrem fatores a gerarem interferência nas memórias para torná-las reconhecidas como

coletivas, causando assim, um sentimento de pertencimento, de comunidade, de identidade de grupos sociais diferentes, ou seja, a memória formalizada dessa maneira recebe caracterização de coletiva por meio de interferências de “[...] processos e atores [...]” envolvidos em sua constituição.

A memória coletiva pode ser “manipulada” na busca pelo poder na esfera social, desse modo, memórias de pessoas consideradas “marginais” devido à sua condição econômica são desconsideradas quando se tenta construir uma memória “homogênea”, “oficial” de determinada sociedade, como afirma Jacques Le Goff em sua análise sobre memória coletiva:

[...] A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p. 368).

Isso denota a importância de se investigar determinado objeto utilizando memórias “não oficiais”, ouvindo pessoas pertencentes à população geral sem restringir-se simplesmente às elites, pois dessa forma, pode-se evitar criar uma visão particularizada, vista somente de um ponto de vista.

Ao referir-se à história oral, Pollak enfatiza a inclusão que ela concede aos grupos considerados minoritários e dominados em uma sociedade, pois estes grupos recebem o direito a relatar suas experiências em determinados contextos, tornando assim, acessíveis informações antes suprimidas ou renegadas finalmente ouvidas, é o caso aqui das entrevistas realizadas com as senhoras ex-operárias da fábrica, as quais proporcionam o conhecimento da realidade vivenciada por elas no trabalho e de como eram vistas pela população da época, isto a partir do próprio olhar que elas tinham de si mesmas e de seu entorno.

A memória dos grupos sociais considerados minoritários, quando estudada, perde seu caráter periférico, marginal, uma vez que através dela vêm à tona acontecimentos velados, fatos relevantes para o conhecimento de contextos históricos que contribuem para a adoção de uma visão não verticalizada, mas que enxerga sob diferentes ângulos momentos e situações históricas que fizeram parte da construção das memórias que são consideradas indispensáveis à sociedade como um todo, independentemente da situação sociocultural a que pertencem ou se sentem pertencidos os sujeitos de determinada nação.

Relacionando a análise citada anteriormente, compreende-se que o estudo da história das mulheres só começa a ganhar espaço relevante no mundo acadêmico, em meados do século XX, demonstrando que as mulheres, em geral, eram consideradas como um grupo à parte, sem ênfase em relação à sua participação social.

Essa conquista favoreceu-se quando as mulheres passaram a fazer parte do campo profissional da construção do saber histórico, quando este se abre a um olhar mais atento quanto à importância dos diversos sujeitos, sejam eles masculinos ou femininos negros ou brancos, pobres ou ricos etc., a fim de um fazer histórico mais detalhado que proporciona novos olhares a um mesmo fato, contextualizando-o, não ignorando aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos que o envolvem.

Dessa forma, o conhecimento histórico torna-se compreendido no conjunto de elementos que se entrelaçam, que se relacionam com ele, contribuindo assim para a sua apresentação diante da sociedade de modo responsável, democrático e aberto a novas indagações que o propicie melhor consistência e, ao mesmo tempo, flexibilidade, pois as vivências e relações humanas modificam-se e alteram-se constantemente, exigindo maiores gamas de informação, conhecimento aprofundado e horizontalmente exercido, partindo de uma visão não verticalizada.

Considerando o estudo de Le Goff (1990) sobre o surgimento da memória, vê-se que ela foi se estabelecendo desde a Idade Média europeia, na qual inicialmente era aplicada no registro de informações financeiras e político-administrativas tornando-se, então, instrumento burocrático dos monarcas. A memória foi sendo utilizada para atender a diversos interesses e, em grande parte, tornou-se registrada por meio da escrita, não sendo, portanto, acessível a todos, pois no medievo, a maioria da população não era letrada.

Voltando novamente às discussões sobre os silêncios que existem nas sociedades em relação a certas memórias, Pollak considera que, embora as memórias sejam ocultadas, elas emergem quando ocorrem conflitos que as tornem disputadas. Dessa maneira, compreende-se que existem situações que propiciam o estado sedento de explicações, que despertam ressentimentos relacionados à exclusão social, surge o desejo de ser ouvido. Portanto, as memórias subsistem mesmo no silêncio, não se apagam mesmo quando ocultadas.

[...] essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em

sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes (POLLAK, 1989, p. 2)

Tomando por exemplo a memória de uma pessoa que vivenciou as humilhações e condições subumanas nos campos de concentração durante o Nazismo, Pollak destaca que “[...] mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida”. Pois o próprio silêncio diante de algumas memórias pode representar não somente o não ter direito a ser ouvido, mas a própria aceitação de reclusa quanto a essas memórias, por elas poderem fazer aparecer as condições sociais desfavoráveis, dentre outras, a qual os indivíduos se sentem inseridos, o que os leva a preferir o silêncio.

Pollak percebe essa necessidade de silêncio ao trabalho de “enquadramento da memória”, que, de alguma maneira, define o indivíduo deixando em evidência sua procedência social, não o considerando como humano no sentido geral ou universal, mas sempre especificando suas origens.

[...] o silêncio, além da acomodação ao meio social, poderia representar também uma recusa em deixar que a experiência do campo, uma situação limite da experiência humana, fosse integrada em uma forma qualquer de “memória enquadrada”, que, por princípio, não escapa ao trabalho de definição de fronteiras sociais. É como se desse sofrimento extremo exigisse uma ancoragem numa memória muito geral, a da humanidade, uma memória que não dispõe nem de porta-voz nem de pessoal de enquadramento adequado (Ibid. p. 3).

O silêncio sobre o passado não está plenamente silenciado, uma vez que as memórias podem ser compartilhadas em círculos sociais pequenos, segundo Pollak, dentro das famílias ou grupos de amigos. Pode ser também uma forma de resistir a discursos oficiais.

Portanto, embora aparentemente passivo o silêncio pode tornar-se um fio condutor para a eclosão de insatisfações e de reivindicações. Além disto, de propiciar o surgimento de “vozes” que o despertem, objetivando conhecimentos mais apurados das realidades vividas a fim de uma (re) construção mais embasada, melhor alicerçada para o entendimento e interpretação do passado e a relação deste com o presente e as possibilidades de sua interferência no futuro. Pollak faz uma observação importante de que não se deve abordar de modo generalizante a relação entre memórias dominantes e memórias dominadas:

Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante (Ibid. p. 4).

Pollak concebe que as histórias de vida, emergentes a uma entrevista de história oral, por exemplo, estão relacionadas à construção e entendimento da identidade que o indivíduo atribui a si mesmo, pois o exercício dos relatos das experiências individuais quando oralizadas pelo próprio indivíduo contém a organização de acontecimentos, ou seja, busca uma “ordem” e uma “lógica” nos argumentos, o que caracteriza o esforço do indivíduo em formar uma base comum, uma coerência à sua história de vida. A memória coletiva está, portanto, ativamente em consideração em todas as sociedades, devido aos vários papéis que a ela cabem, como por exemplo, o de estabelecer uma identidade para o sujeito social.

Segundo BENJAMIN (1936), “[...] narrar é a faculdade de intercambiar experiências”. Então, para que uma narrativa seja construída é necessário que uma experiência tenha sido vivenciada. As vozes femininas ouvidas durante as entrevistas sobre o trabalho na Companhia Manufatureira demonstram as suas muitas vivências relacionadas constantemente ao ambiente de trabalho fabril têxtil.

Elas expressam um conteúdo rico que exprimem suas emoções, suas lembranças mais doces e difíceis expostas por meio de detalhes que favorecem a “inserção” do ouvinte no que está sendo contado, uma vez que a expressão oral comunica-se ao ouvinte por meio de entonações, favorece a gesticulação do narrador, trabalha a memória de forma diferenciada da expressão escrita, ou seja, por meio da oralidade, a narrativa de experiências resultantes de uma memória repleta de sentidos e novidade, pois traz consigo um tipo de organização peculiar que, provavelmente a narrativa escrita não teria: “Entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (Ibid. p. 198).

A história contada pelas mulheres da antiga fábrica denotam reflexões do sentido de entenderem a importância de serem trabalhadoras operárias naquele momento de suas vidas, ou seja, existe em suas falas aspectos referente a valores individuais que elas sentiram adquirir ao engajar-se no trabalho, isto frente às suas famílias e à sociedade, sendo

que elas eram elogiadas como “moças de bem”, “trabalhadoras dedicadas”, dando a entender que não eram como algumas vistas como mulheres da “vida”.

Portanto, o ato de narrar as suas histórias expõe as “lições” que aprenderam ao tornarem-se trabalhadoras no espaço de uma fábrica, o valor que o trabalho lhes proporcionava para sustentarem seus filhos, as possíveis consequências que sofreriam caso não tivessem aquele trabalho, dentre outras. Isso se justifica no ato em que elas contam o quanto eram dependentes daquela renda e também do lamento que demonstraram ao falar sobre o fechamento da fábrica. Essas características presentes nas falas dessas trabalhadoras deixam transparecer o “senso prático” de suas narrativas, a utilidade da exposição de suas histórias:

O senso prático é uma das características de muitos narradores natos. [...] Tudo isso esclarece a natureza da verdadeira narrativa. Ela tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador [...] sabe dar conselhos. Mas, se “dar conselhos” parece hoje algo antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis (Ibid. p. 200).

A importância do ato de narrar, contar as vivências é visível diante do ouvinte, pois nesse ato existem detalhes que nas informações divulgadas por meios escritos e explicativos de divulgação não contêm. A narração é rica também por não preocupar-se em realizar explicações constantemente, mas deixa ao ouvinte a possibilidade de interpretação daquilo que está sendo contado, o que a torna atraente e passível de ser recontada e até memorizada:

A informação só tem valor no momento em que é nova. [...] Muito diferente é a narrativa. [...] Ela conserva forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver. [...] Nada facilita mais a memorização das narrativas que aquela sóbria concisão que as salva da análise psicológica. Quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mais facilmente a história se agravará na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará à sua própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de recontá-la um dia (Ibid. p. 204).

Portanto, o ato de comunicar experiências, além de ser útil para obtenção de conhecimentos sobre diversos objetos de estudo, proporciona o enriquecimento cultural de quem ouve, pois por meio delas o diálogo é favorecido, questionamentos são suscitados, conhecimentos são adquiridos, reflexões podem ser feitas, conselhos podem ser obtidos e os laços sociais podem tornar-se mais estreitos, propiciando o sentimento de maior identidade e pertencimento com o contexto social em que se vive.

Para a realização deste trabalho, fez-se uso da História oral, a qual, segundo José Carlos Meihy (1996) “[...] é uma alternativa para estudar a sociedade por meio de uma documentação feita com o uso de depoimentos gravados em aparelhos eletrônicos e transformados em textos escritos” (p. 18). Portanto ela possibilita um novo procedimento para coleta de informações que se buscam no estudo de acontecimentos históricos de uma comunidade.

A História oral utiliza, então, a narração que os sujeitos sociais realizam quanto às memórias por eles vivenciadas nas mais diferentes situações de suas vidas. “A história oral responde à necessidade de preenchimento de espaços capazes de dar sentido a uma cultura explicativa dos atos sociais vistos pelas pessoas que herdaram os dilemas e as benesses da vida no presente” (MEIHY, 1996, p. 24). Assim, a memória das senhoras foi registrada a maneira de suas falas, na qual suas memórias foram oralizadas e utilizadas para propiciar o entendimento do contexto social em que viviam na condição de operárias.

Nesse sentido, o sujeito social, na História oral, sente-se valorizado quando a ele é atribuída a capacidade de se expressar sobre suas vivências do passado. “A necessidade da história oral se fundamenta no direito de participação social e nesse sentido está ligada à consciência da cidadania” (MEIHY, 1996, p. 24). Desse modo, as senhoras entrevistadas têm o registro de suas experiências publicadas, as quais lhes dão o reconhecimento de ter suas atividades sociais ligadas ao trabalho expostas para acesso público, tornando-as referenciais para a compreensão do trabalho feminino no contexto de Codó na época dos primórdios de seu progresso industrial.

Com uma vocação para tudo e para todos, a história oral respeita as diferenças e facilita a compreensão das identidades e dos processos de suas construções narrativas. Todos são personagens históricos, e o cotidiano e os grandes fatos ganham equiparação na medida em que se trançam para garantir a lógica da vida coletiva (MEIHY, 1996, p. 25).

As ex-operárias entrevistadas foram a dona Mirtes Lima da Silva, atualmente com 74 anos de idade, trabalhou durante onze anos na fábrica, ela entrou ainda jovem solteira e casou-se com um funcionário da Companhia. A senhora Maria Izabel Ferreira Paz, 88 anos, trabalhou também durante onze anos e já tinha um filho, ainda não era casada quando se empregou. A dona Maria Lúcia Guilhon, 78 anos, exerceu durante quatro anos seu trabalho, tinha também um filho e não chegou a se casar.



A senhora Mirtes Lima da Silva entrou para o trabalho na fábrica no ano de 1954 e contou um pouco de sua história de vida e de como conseguiu o emprego na fábrica:

Quando eu tinha catorze anos minha mãe faleceu e eu precisava de emprego. O meu irmão foi criado pelo dono da fábrica, Sr. Coronel Sebastião Archer. Ele conseguiu pra eu trabalhar na tecelagem fazendo tecido. Eu me sentia bem, o chefe era o Dr. René Bayma era uma excelente pessoa. Naquele tempo era negócio de mil réis [...], eu trabalhava por produção. Pela peça de pano que a gente fazia era o que ganhava.<sup>3</sup> (SILVA, 2015)

A companhia trabalhava com a fabricação de vários tecidos. Na fala de dona Mirtes sobre os tecidos que eram fabricados, conta - “Assim [...] tipo uma lona como essa rede, listrado, algodãozinho [...] chamava de tabu, riscado e lona, ele era muito feio [...] umas listra, só prestava pra calça de homem e pra serviço grosseiro [...]”. Dona Maria Lúcia também falou sobre esse tecido: “Tabu, o nome da fazenda, tinha dele azul, branco [...] o nome dele era 5R também” – esse tipo de tecido “5R” recebeu esse nome em homenagem aos filhos do senhor Sebastião Archer.

A fala de dona Mirtes demonstra sua situação socioeconômica e faz entender que era uma jovem necessitada na época, daí pode-se entender que o trabalho na fábrica era almejado pelas moças pobres e até senhoras já idosas que com seu trabalho conseguiram melhor sustento para si e suas famílias, pois como se concluiu nas entrevistas, as famílias dessas jovens trabalhadoras nem sempre tinham uma organização familiar nuclear: pai, mãe e irmãos juntos, como no caso de dona Mirtes, que já não tinha mais a sua mãe presente na família e contou com a ajuda do irmão para conseguir empregar-se.

As operárias ganhavam por produção, como se pôde ver nas informações anteriores sobre o trabalho nas fábricas de tecidos, isto comprova que este trabalho era de modo generalizado, remunerado dessa maneira nas manufatureiras do século XIX e meados do século XX, sendo estas condições de pagamento que às operárias eram dadas. O contexto social da ida das mulheres à fábrica, segundo a dona Mirtes, era uma rotina “normal”, não havia críticas pelo trabalho que ela realizava, porque, segundo ela, era a única opção que se tinha de trabalho naquela época.

---

<sup>3</sup> Como se trata de uma prática de história oral é necessário manter a linguagem das entrevistas por se tratar de um procedimento que visa transcrever de forma original a oralidade das pessoas, sem interferências, a fim de garantir que a originalidade das experiências contadas seja expressa à maneira dos sujeitos envolvidos, respeitando suas particularidades.

Porém, ela e suas companheiras tecelãs receberam o apelido de “pipiras”, o que já denota que havia uma discriminação às mulheres que trabalhavam na fábrica, o que as denomina, de algum modo, pejorativamente quando ocultam seus ofícios, seus labores diários enquanto trabalhadoras. Segundo pesquisas feitas pelo escritor codoense João Batista Machado, esse apelido fora atribuído às operárias por comerem mangas ao sair da fábrica e por serem “tagarelas”:

A bondosa dona Anicota Veiga [...] no quintal da sua casa, cultivava viçosas mangueiras, tinha o cuidado de estender sobre a calçada uma toalha coberta de boas e deliciosas mangas de diversas espécies, destinadas às jovens tecelãs. No encerramento das tarefas diárias, passavam em frente da moradia do prefeito [...] para apanharem as saborosas frutas, ato costumeiro. [...] Falam, comentam que daí nasceu o apelido de pipiras, pela algazarra que faziam (MACHADO, 2012, p. 95).

Segundo dona Mirtes, esse era o motivo de serem chamadas de pipiras, pelo fato de sempre comerem mangas ao sair da fábrica. Segundo ela, em Codó não tinha outras opções de trabalho e, a fábrica, era o local para onde as pessoas “corriam” para conseguir seu “ganha-pão”, e as mulheres que não iam para a fábrica trabalhavam como cozinheiras, gomadoras, lavadoras de roupas, dentre outras atividades ligadas ao ambiente doméstico – “[...] Era a vida que a gente tinha era essa fábrica, era a ‘mãe’ da pobreza. [...] trabalhei três anos. Saí porque me botaram pra fora (risos) [...] a produção era pouca [...] [...] aí voltei de novo, consegui voltar”.

Antes de entrar para a fábrica, dona Mirtes relatou em quais atividades trabalhava e fez algumas falas sobre o fechamento da fábrica e falou que não gostava do serviço que fazia, disse que corria perigos no trabalho. Ela não compreendeu os motivos que levaram a fábrica ao fechamento, mas lamentou, porque segundo ela, Codó “acabou” porque a fábrica era importante para o sustento da maioria das famílias:

[...] eu cheguei a ir pra cozinha alheia, lavava, passava roupa no ferro [...] era muito pobre, aqui era muito pequeno. Mas aí quando a fábrica fechou aí o Codó acabou [...] fechou porque quando o finado René passou o cargo porque não quis mais, passou pro dono, pro filho do velho Sebastião Archer [...]. Eu num gostava não [...] meu serviço era muito perigoso [...] eu não ganhava melhor, eu era muito brincalhona (risos), não cumpria direitinho, o povo botava as máquina mais ruim pra eu trabalhar. (SILVA, 2015).

Como se pode ver, esses eram os trabalhos considerados “femininos”, as mulheres não tinham outra opção de serviço, mais uma vez vê-se o reflexo da visão social estabelecida em torno da mulher, em torno dos trabalhos que a elas eram atribuídos. No

relato de dona Mirtes, quando ela diz que seu trabalho era muito perigoso, é que, segundo ela, trabalhava com material grande e pesado na tecelagem.

Nessa condição feminina no trabalho, suscitam-se questionamentos referentes à situação das mulheres solteiras pobres ou que não tinham a estrutura familiar tradicional considerada como modelo, a qual era valorizada pela elite. Os deveres e direitos estavam pautados nas características dos sexos. As qualidades consideradas tipicamente femininas refletiram no emprego do trabalho nos teares das fábricas têxteis.

A maioria dos trabalhadores da área de fabricação de tecidos eram mulheres, além disso, não havia, segundo dona Mirtes, nenhuma discriminação, pois trabalhava tanto mulheres casadas, como mulheres solteiras, mesmo que não fossem mais virgens: “[...] Ninguém jogava fora, lá trabalhava todo mundo, mulher casada, mulher solteira [...]”. Ou seja, as moças que perdiam sua virgindade não eram rejeitadas pela fábrica, conseguiam emprego sem problema:

[...] tinha respeito, tinha moral [...] era difícil uma moça cair na vida [...] Nesse tempo tinha um pouquinho de respeito. Sete horas a gente tava no ponto no serviço [...] onze horas pra casa, doze e meia uma hora [...] três hora parava, quinze minutos pra tomar café, o padeiro levava café e pão, com quinze minutos a gente voltava pro serviço de novo até as cinco e meia. (Ibid, 2015).

A rotina era bem “puxada”, as tecelãs trabalhavam de segunda a sábado. A segunda senhora entrevistada, foi a dona Maria Izabel Ferreira Paz, ela contou como entrou para trabalhar na companhia em 1958:

Eu já tinha meus trinta anos (quando começou a trabalhar na fábrica) [...] aqui o serviço que tinha era lá, o Zé Miranda era o chefe da seção, eu fui pedir emprego [...] dava 10, 12 peças por semana [...] um tear dava todo dia uma peça, se você trabalhasse rápido no outro dia você conseguia dobrar, era bom, era divertido, [...] eu gostei muito [...]. Toda sexta feira de tarde você tinha seu dinheiro [...] (recebia) por semana [...] recebia pela quantidade que fazia [...]. (PAZ, 2015).

A senhora Izabel falou que ela era bem dedicada em seu trabalho no tear, trabalhou durante onze anos na fábrica, se esforçava para produzir a maior quantidade de peças possível, pois queria manter o sustento dos filhos da melhor maneira, por isso, segundo ela, não media esforços, nesse período em que ela conseguiu o emprego na fábrica era mãe solteira e foi onde buscou o sustento de seus filhos e lá conheceu seu segundo marido.

Quanto ao acesso à educação, as operárias estudaram pouco tempo, a senhora Mirtes disse que fez somente até o segundo ano, de acordo com ela, mal sabia escrever o

próprio nome. Já dona Maria Izabel disse que fez até o quarto ano, conforme elas, não continuaram seus estudos porque tinham que trabalhar.

A outra senhora entrevistada foi a dona Maria Lúcia Guilhom, com 78 anos atualmente, ingressou na fábrica em 1956, ela também se esforçava no trabalho, como ela mesma diz: “Graças a Deus eles tratavam a gente muito bem [...] era tão tanto que se eu dobrasse a fazenda a gente ganhava umas metragem de pano”, assim como dona Maria Izabel e dona Mirtes disseram em seus depoimentos.

As senhoras entrevistadas foram unânimes em dizer que eram bem tratadas no interior da manufatureira e de como o local de trabalho era também um local de “encontro” dos amigos. Mas segundo dona Maria Lúcia, as moças que “conheciam” homem antes do casamento eram muito mal vistas pela sociedade: “Ah, mia fia, isso aí era um tormento [...] todo mundo comentava [...]”, segundo ela, até nas festas essas jovens eram ignoradas e às vezes não podiam participar.

Isso denota a visão sobre o ser feminino como sendo valorizado enquanto fosse virgem, ou seja, a dignidade de uma mulher estava muito ligada ao estado de castidade ou quando se casava. O escritor João Batista Machado cita em sua pesquisa um trecho falando sobre a festa dos operários da fábrica:

Havia no Alto da Fábrica o Cassino dos Operários, onde se realizavam gostosas reuniões matinais e vesperais dançantes. Bailes animados pela orquestra afinada do maestro Sebastião Pinto. A maioria dos seus frequentadores era de operários da Fábrica de Tecidos e moças honestas, trabalhadoras, mas estigmatizadas, pejorativamente, pela alcunha de pipira (MACHADO, 2012 p. 104).

Sobre o casamento, as senhoras entrevistadas disseram como encontraram seus maridos, dona Mirtes relatou sobre isso: “Ele tinha ficado viúvo, trabalhava no gomador [...] e aí a gente se conheceu lá, eu ia colocar café pra esquentar no gomador dele [...] perguntou se eu queria me casar com ele [...]”. Dona Maria Izabel também falou sobre o encontro com seu esposo: “Eu já tinha tido um marido [...] arranjei pra mim, ele era maçarqueiro (fazia rolos de algodão)”. Dona Maria Lúcia contou sobre seu companheiro que “ele era chefe da oficina mecânica [...] vivi com ele trinta e quatro anos”.

Elas disseram que dificilmente uma moça pobre se casava com homem rico e que, geralmente, quem trabalhava na fábrica casava com os funcionários, como disse dona Maria Izabel: “Quem trabalhava lá casava com os empregados de lá”. Dona Maria Lúcia também

afirmou: “Muito difícil porque você sabe que água só corre pro mar [...]”. Dona Mirtes também deu sua versão: “[...] nesse tempo quase não tinha gente rico [...] era bem atrasadim [...] mas tinha algumas meninas que tinham sorte [...]”.

Essas falas sobre o casamento comprovam que a sociedade codoense já tinha sua distinção bem nítida entre ricos e pobres, ou seja, o casamento já era visto também como um meio de “promoção” social, a sociedade observava de perto as moças pretendidas e com “quem” se casavam. Nessa época do desenvolvimento econômico da cidade sua composição social já estava definida e a elite já era destacada da maioria da população codoense, tendo ela seus próprios bailes e recreações, distinto dos bailes de “pipiras”, exceto quando se “agradavam” de alguma das jovens moças trabalhadoras.

O jornal Gazeta do Codó não deixa de dar atenção em suas publicações às mulheres codoenses, especificamente às jovens solteiras. O trecho a seguir, é um texto contido no jornal pesquisado dedicado a elas quando se julgava que já seria a hora de se casarem, mas, quando “faltava” o marido, a visão sobre elas era de que tornavam-se angustiadas, insatisfeitas e infelizes, pois o ideal da completa realização da mulher era vista no casamento:

#### COMO SE ACHA NOIVO

O pensamento constante de uma moça, como todos sabemos, é o meio de apanhar um marido.

Isto ninguém lhe reprova pois o casamento é o último degrau da elevação social, onde chegam as justas aspirações de uma mulher.

Todas o querem, e aquella que finge ou diz não querer casar-se è a que mais se maldiz da sorte por não ter encontrado um noivo.

Para conseguirem-no ou, ao menos, terem a esperança de algum dia sahirem da triste lista das tias, o enorme batalhão de reserva ellas procuram todos os meios possíveis (GAZETA DO CODÓ, n. 22, 1893).

Esse pequeno texto expressa, de certa forma, o pensamento que vigorava sobre a mulher codoense enquanto solteira, um pensamento de que para realizar-se, era necessário que se casasse, pois dessa forma, adquiriria o status de mulher de “respeito” na sociedade e não ficaria à mercê das “vulnerabilidades”. Ou seja, o casamento, como se pode ver em outros contextos sociais para além do de Codó, era visto como o meio de a mulher encontrar a “proteção” de que precisava e ser respeitada e aceita socialmente.

Via-se, portanto, nas relações heteronormativas, o ser feminino enquanto dependente do masculino para sua completude, rejeitando-se assim, a possibilidade da boa visibilidade social da mulher caso ela rejeitasse o casamento ou não conseguisse casar-se. O casamento era considerado como o ápice da vida da mulher, seria o último estágio do desenvolvimento feminino em todos os sentidos. Isso demonstra a visão de que a mulher seria incapaz de sozinha conseguir ser bem sucedida na vida, o estado de solteira seria equivalente ao de fracasso, visto que para se ter “boa posição” na sociedade, era preciso estar casada.

Sobre os direitos que as mulheres operárias tinham, elas disseram que nunca pediram aumento de seus rendimentos, dona Maria Lúcia disse que “Não nós nunca pedimos, a gente era assim abestalhado, mermã, ninguém pedia nada não!”. Já dona Mirtes contou sobre as férias a que elas tinham direito, segundo ela, “[...] eles davam umas férias assim no final do ano, [...] mas a gente não tava ganhando”. Pela fala de dona Mirtes, entende-se que essas “férias” eram apenas um recesso de fim de ano e não um período exclusivo ao repouso das operárias.

Durante a maternidade elas disseram que só perto de ganhar o bebê é que se afastavam do trabalho e recebiam uma pequena quantidade de pagamento. Daí percebe-se as condições do trabalho feminino. A Consolidação das Leis do Trabalho já havia sido promulgada no período em que as mulheres entrevistadas entraram na fábrica (1954-1958) e estava em vigor a Constituição de 1937 e a de 1946, relacionadas ao trabalho feminino que garantia assistência à gestante e lactante, mas não garantia a igualdade de salários entre os sexos nem a garantia de emprego às gestantes afastadas no período do parto<sup>4</sup>.

Na rotina de trabalho, os intervalos na fábrica eram de quinze minutos e dona Mirtes conta que algumas tecelãs levavam lanche pra vender na hora da pausa do trabalho: “[...] umas levava frito de carne de porco pra vender dez horas, [...] aquele mercadinho já embrulhado nos papel, a gente comprava, eu comprava”. Sobre as exigências no emprego, dona Maria Izabel contou que só eram chamadas à atenção as pessoas que cometiam algum erro durante o serviço. Ela falou também enfaticamente sobre a assistência médica que recebiam: “[...] na época era seu René Bayma que era o diretor de lá [...] Dr. Sebastião Reis

---

<sup>4</sup> Frutificada por um golpe de Estado promovido pelo presidente Getúlio Vargas, a Constituição de 1937 garantiu assistência médica e higiênica à gestante, antes e depois do parto sem prejuízo do emprego e do salário da empregada. Entretanto, omitiu de seu texto questões relativas à garantia de emprego à gestante e à isonomia salarial entre homens e mulheres. Em decorrência disso, o Decreto-lei n. 2.548 abriu a possibilidade de as mulheres perceberem salários até dez por cento menores do que os pagos aos homens. (MELO, 2011)

(médico) que consultava a gente, era bom, seus filhos tudinho era cadastrado lá, só não recebia o remédio [...]”.

Sobre o fechamento da fábrica, não se têm informações mais completas, mas dona Maria Lúcia falou sobre isso de modo breve, porque ela disse que não entendeu os motivos que levaram à falência da companhia: “Quem era o diretor era o René Bayma, depois que passou pra mão do pai do Ricardo foi que faliu, senhor Remy Archer. [...] Eu sei que aos poucos foi indo [...] foi indo acabou tudo. (Maria Lúcia Guilhom).

Em meados do século XX o parque industrial maranhense começa a entrar em maior decadência, tendo acontecido por vários motivos que ocorriam nesse contexto<sup>5</sup>. Os funcionários da fábrica foram despedidos, dona Maria Lúcia disse que eles não receberam indenização, mas disse que “brigou” por esse direito e conseguiu receber, a fala de dona Maria Lúcia contraria a fala do senhor Nicanor quando lhe foi questionado sobre o fechamento da fábrica. Infelizmente não houve possibilidade de acesso a documentos que explicassem melhor as causas do fechamento da companhia, mas em entrevista cedida, o senhor Nicanor Monteiro dos Santos, ex-contador da fábrica, afirma em seu depoimento:

Com o decorrer do tempo, em face da fábrica não equipar seus maquinários para maior produção, para maior e melhor produção, não podendo assim, concorrerem com outras fábricas de tecido. Ficou totalmente obsoleta sem condições de competir com as demais. Daí então tivemos que, parar, ou melhor, dizendo, fechar a fábrica. Sendo que as pessoas que trabalhavam foram todos indenizados, [...] tendo a cidade de Codó, uma grande decaída econômica e financeira. (SANTOS, 2011)

Todas as entrevistadas eram colegas de trabalho. Uma delas hesitou perguntando o que ainda se queria com ela, se queria que ela fosse presa, enfim, mesmo que ela tenha falado em tom de brincadeira, são atitudes que demonstram a preocupação em se falar algo que venha a prejudicá-la, mesmo que, aparentemente,<sup>6</sup> não existam motivos para esse medo.

Portanto, foram muitos os elementos que envolveram a construção do parque fabril têxtil maranhense, apesar de sua falência no período mencionado, são inegáveis as contribuições que este desenvolvimento trouxe ao Maranhão. As mulheres tiveram

<sup>5</sup> Ao longo do século XX, a industrialização têxtil maranhense alcançava o apogeu e decadência. A falência decorreu de diversos fatores tais como a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, a II Guerra Mundial, 1940-1945, a defasagem tecnológica dos equipamentos, a ausência de investimentos e a queda da qualidade do algodão, o que desativou o parque industrial maranhense, na década de 60. (BARBOSA, 2012)

<sup>6</sup> Antes de assinarem o termo de concessão de entrevista, foi explicado a elas o porquê dessa realização, a utilização de suas falas neste trabalho de pesquisa monográfica. Portanto, nenhuma delas ficou alheia aos objetivos deste trabalho, sendo que foi enfatizado a elas que iriam contribuir para o enriquecimento da memória, da história codoense e de que ficariam registradas as informações concedidas por elas, o que concordaram em conceder a entrevistada.

significativa participação e tornaram-se agentes desse progresso, fizeram sua parte e o trabalho na fábrica tornou-se parte das histórias de vida delas. Isso demonstra que os estágios de expansão econômica das sociedades contribuem para a própria construção dos sujeitos pertencentes a diversos meios sociais. Esta não foi uma pesquisa estanque, mas está aberta a novas indagações e aprofundamentos que podem contribuir imensamente para o enriquecimento dos estudos referentes às mulheres trabalhadoras codoenses na Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento é algo que para existir são necessárias buscas, investigações, questionamentos, críticas, enfim, pois ele é uma construção e como tal passa por constantes processos. Este trabalho proporcionou esta visão, a visão de que o conhecimento nunca se conclui, sempre há mais coisas para enriquecê-lo, e de que, nenhum dado da realidade existe ou nenhuma pessoa vive isoladamente, nem atua sem sofrer influências do ambiente social, político, econômico, cultural no qual está inserido. Assim, percebeu-se o quanto o estabelecimento da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão esteve influenciado pelo contexto da época, marcado pelo advento das indústrias no Maranhão.

Nessa convivência com as novidades trazidas por esse “ar” de modernidade que foi a instalação da fábrica têxtil em Codó, dela fizeram parte as mulheres, preocupadas na manutenção de seu próprio sustento e de suas famílias, almejando melhores condições econômicas, o que envolve os olhares sociais projetados sobre a fábrica: para os ricos comerciantes, ela representava a melhoria de seus projetos econômicos, para as mulheres, especificamente, representava a “chance” de mudarem de vida e de garantir a sobrevivência. E, nessa participação feminina no ambiente têxtil, foi possível o conhecimento sobre como era a convivência e condições no ambiente de trabalho das mulheres operárias, ansiosas por alcançar a qualidade de vida de que precisavam.

O sujeito feminino, como se pôde perceber nas entrevistas com as ex-operárias, não escapou aos olhares de toda a sociedade quando “saiu” do ambiente doméstico se dirigindo ao trabalho num outro espaço, com novas relações. Vê-se, portanto, que não é assim tão simples abordar as relações criadas pelo meio social entre homens e mulheres, principalmente no que tange ao trabalho que exercem.

O que desperta mais ainda a atenção é quando o tornar-se “diferente” é sinônimo de marginalização, de inferioridade, de desprezo. As manifestações sociais direcionam as atitudes em relação aos ser feminino. A utilização da mão de obra feminina para trabalhar nos teares demonstra o caráter que a elas se atribuía como fragilidade, paciência, doçura. Não aqui negando necessariamente que elas tivessem estes atributos, mas evidenciando que, muitas vezes, eram somente estes estereótipos atribuídos às mulheres, que as caracterizavam diante dos olhares sociais. No contexto atual veem-se as vitórias que as mulheres têm conseguido, é extremamente notável sua capacidade de intervir na sociedade, de construir conhecimentos, enfim, de contribuir para o desenvolvimento social. Mas também é importante destacar a permanência dos velhos preconceitos atribuídos à mulher nas questões de gênero na

atualidade maranhense.

Portanto, para compreensão deste objeto de estudo – a relação entre mulher e trabalho - fez-se necessário remontar aos inúmeros fatores que o englobam. Analisou-se o contexto econômico e seus empreendimentos na sociedade maranhense no fim do século XIX até meados do XX, a participação da mulher no trabalho, utilizando-se a própria história das mulheres recentemente utilizada pela historiografia, as consequências da participação feminina no trabalho, o tratamento dado às mulheres no ambiente de trabalho, as dificuldades enfrentadas e as características que a sociedade codoense atribuía às “suas” mulheres, bem como a relevância da pesquisa sobre essa relação considerando as experiências dessas mulheres, ex-operárias, transmitidas oralmente com o registro de suas memórias.

O estudo proporcionou a compreensão do reconhecimento da participação de camadas populares para o entendimento de determinadas realidades históricas. Trouxe à tona a relevância da utilização da memória enquanto instrumento indispensável para tal e, de como sua utilização favorece o surgimento de inúmeras hipóteses e diferentes interpretações de um objeto quando submetido à análise do ator social nele inserido, sob a ótica do qual é possível enxergar fatores inéditos e indispensáveis à construção do saber e fazer histórico, além de estimular ao aprofundamento e enriquecimento da pesquisa analisada ou que se pretende realizar.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. Alves de. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Comércio de Livros Fase L.T.D.A, 1905. p. 366-367. v. 2.
- ARENT, Hannah. **A condição Humana**. Rio de Janeiro: 12 ed. Forense Universitária, 2014.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **A guerra dos Bem-te-vis: a balaiada na memória oral**. São Luís: Edufma, 2008. p. 20-26.
- BARBOSA, Hellen C. Mendes. **Da fábrica têxtil Santa Amélia à Universidade Federal do Maranhão**. Disponível em: <[www.guessaerrante.com.br/2012/9/27da-fabrica-santa-amelia-a-universidade-federal-do-maranhao-4403.htm](http://www.guessaerrante.com.br/2012/9/27da-fabrica-santa-amelia-a-universidade-federal-do-maranhao-4403.htm)>. Acessado em: 29 set. 2015.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. [S.l]: Editora brasiliense, [198-?]. p. 198-221.
- CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **Origens da indústria no sistema agro-exportador maranhense – 1875/1895: estudo micro-sociológico da instalação de um parque fabril em região do nordeste brasileiro no final do século XIX**. 1988. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988. p. 62-250.
- CAMPOS, Marize Helena. **Senhoras donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)**. São Paulo: USP, 2008. p. 184-416.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (Orgs.). **Domínios da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2011. cap. 2.
- CORREIA, Maria da Glória. **Nos fios da trama: quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século**. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 1998.
- FAUSTO, Boris. O Brasil na divisão internacional do trabalho. In: \_\_\_\_\_. **História Geral da Civilização Brasileira**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.
- FERNANDES, Henrique Costa. Administrações Maranhenses (1822-1924). In: \_\_\_\_\_. **Decadência econômico-financeira do Maranhão no alvorecer da República**. 2. ed. São Paulo: Instituto Geia, 2003.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990, p. 367-411.
- MACHADO, João Batista. **O imaginário codoense**. Codó, 2012.
- MARANHÃO. Leis e Decretos. **Coleção das leis do Estado do Maranhão de 1895/1897**. p. 4-5.
- \_\_\_\_\_. **Histórias do Fundo do Baú**. Codó: FACT/UEMA, 1999.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MELO, Maria Aparecida Mendonça Toscano. **Legislação do trabalho da mulher: uma perspectiva de sua evolução.** Disponível em: <[www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=6254](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=6254)>. Acessado em: 29 set. 2015.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

POLLAK Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: \_\_\_\_\_. **História das Mulheres no Brasil.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

REIS, Flávio Antonio Moura. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1850/1930).** 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, São Paulo, 1992.

Enciclopédia do Maranhão: Codó. **Revista Leia Hoje**, Codó, v. 6, n. 49, p. 6-16, 2000.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Nova York: Columbia University Press, 1989. p.1-35.

SILVEIRA, Rosário de Maria Carvalho. **Trabalho e condição feminina em São Luís na virada do século (1880-1910): a situação do operariado feminino.** 2008. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2008.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (Orgs.). **Domínios da História.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2011. cap. 12.

### **JORNAIS IMPRESSOS:**

GAZETA DO CODÓ. Codó, n. 14, 05 fev. 1893. (Jornal impresso disponível na Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite).

\_\_\_\_\_. Codó, n. 21, 26 mar.1893. (Jornal impresso disponível na Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite).

\_\_\_\_\_. Codó, n. 22, 02 abr. 1893. (Jornal impresso disponível na Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite).

\_\_\_\_\_. Codó, n. 24, 06 abr. 1893. (Jornal impresso disponível na Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite).

\_\_\_\_\_. Codó, n. 31, 04 jun. 1893. (Jornal impresso disponível na Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite).

\_\_\_\_\_. Codó, n. 56, 04 fev. 1894. (Jornal impresso disponível na Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite).

\_\_\_\_\_. Codó, n. 59, mar. 1894. (Jornal impresso disponível na Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite).

\_\_\_\_\_. Codó, n. 60, 09 abr. 1894. (Jornal impresso disponível na Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite).

#### **FONTES ORAIS:**

GUILHOM, Maria Lúcia. **Entrevista concedida à pesquisadora.** Codó, MA, 2015.

PAZ, Maria Izabel Ferreira. **Entrevista concedida à pesquisadora.** Codó, MA, 2015.

SANTOS, Nicanor Monteiro dos. **Entrevista concedida à pesquisadora.** Codó, MA, 2011.

SILVA, Mirtes Lima da. **Entrevista concedida à pesquisadora.** Codó, MA, 2015.